

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 6

Junho de 1917

Ano LXIX

Director, proprietario e editor — Empreza da *Revista Militar*

Composição e impressão na TIPOGRAFIA UNIVERSAL
pertencente a *Coelho da Cunha Brito & C.ª* — Rua do Diário de Notícias, 110 — Lisboa

Algumas notas sôbre a infantaria na guerra actual

I

Métodos de ataque da infantaria alemã

Uma missão de oficiais do exército espanhol, que de perto pôde acompanhar a acção dos exércitos alemães na frente ocidental, expôz de um modo sucinto, mas preciso e interessante, o método empregado para o ataque pela infantaria alemã e relatou o seguinte:

Nas operações realizadas em tórno de Verdun, os corpos de exército alemães atacaram sempre com as respectivas divisões dispostas uma ao lado da outra. Sómente em casos verdadeiramente excepcionais, quando a extensão ou importancia da zona de acção atribuida a um corpo apenas permitia empenhar de frente uma divisão, é que a outra permanecia á retaguarda daquela, para oportunamente a apoiar.

Zona de acção e disposições relativas à divisão

A frente da zona de acção confiada a uma divisão de três regimentos de infantaria (7.200 baionetas) oscila entre 1.000 a 2.500 metros, segundo a importancia e número dos successivos objectivos que lhe são designados.

Quanto á disposição das suas unidades para o ataque, se a zona de acção que lhe é atribuida é restríta e varios os objectivos que lhe são marcados, a divisão dispõe dois regimentos

em primeira linha, formados ao lado um do outro, e coloca o terceiro em reserva. Se a zona de acção, porem, é ampla e o objectivo designado um único, então os três regimentos formam em primeira linha, separados por intervalos cuja extensão varia com a natureza do terreno.

Disposição dos regimentos para o ataque

Qualquer que seja a disposição adoptada pela divisão, os regimentos colocam, em geral, um batalhão em primeira linha e dois em reserva, escalonados em profundidade, a distancias que variam com a natureza do terreno. Dos dois batalhões em reserva, o que se encontra mais à frente está sempre preparado para avançar, quer para apoiar o ataque contra o primeiro objectivo, quer para progredir além deste. O batalhão situado mais à retaguarda permanece em descanso, para no momento oportuno render as unidades exaustas que se empenharam em primeira linha.

Formações do batalhão para o assalto

A infantaria alemã apresenta, em regra, os seus batalhões desenvolvidos em duas linhas. A primeira é formada quasi sempre por duas companhias, dispostas ao lado uma da outra, as quais se desenvolvem ou na trincheira mais avançada, ou no último abrigo a partir do qual se ha de iniciar o assalto.

A segunda linha permanece nas trincheiras de apoio, a coberto nos abrigos ou por detrás de um obstaculo que a protege.

O processo empregado para o ataque é sempre o de linhas sucessivas de atiradores.

A execução do assalto baseia-se nos seguintes preceitos gerais:

1.º A cada linha de ataque — ou vaga de assalto — é designado sempre um objectivo limitado e bem definido, de largura igual à frente do ataque e com profundidades que nunca excedem a distancia existente entre duas linhas sucessivas de trincheiras;

2.º O assalto não é iniciado enquanto a artilharia não tiver arrasado completamente as trincheiras adversas e destruido os

obstáculos que as precedem, para forçar os defensores a abandonar todo o propósito de resistência;

3.º O assalto, propriamente dito, é precedido de reconhecimentos a fundo sobre o objectivo que se pretende atingir, a fim de verificar se a artilharia produziu todo o efeito desejado. Estes reconhecimentos constituem na realidade a missão da primeira vaga do assalto.

As vagas sucessivas não iniciam o movimento enquanto a primeira não tiver atingido o seu fim.

Quanto aos pormenores da execução do assalto, os varios métodos até hoje observados obedecem, mais ou menos, à seguinte norma: três ondas sucessivas de ataque, separadas por 20 a 30 passos de distancia. A primeira, destinada a efectuar o reconhecimento acima indicado, é formada por um ou dois grupos destacados de cada pelotão, acompanhados por exploradores munidos de ferramentas e por granadeiros, tudo disposto em ordem extensa, com grandes intervalos de homem para homem.

A segunda vaga é constituida por uma densa linha de atiradores e formada pelo nucleo principal de cada pelotão. Esta linha é incumbida de ocupar as trincheiras adversas.

Por último, a terceira compõe-se dos restos de cada pelotão, os quais formam um novo escalão destinado a preencher as baixas que forem ocorrendo nos precedentes e são acompanhados por uma reserva de munições e de vario material (ferramentas, sacos para terra, etc.) a fim de se poderem rapidamente adaptar as trincheiras inimigas, que vão sendo ocupadas, às necessidades da sua conservação e defesa.

Missão da segunda linha de ataque

Em princípio, esta linha é reservada para um segundo assalto, que deve ultrapassar o objectivo atingido pela primeira. Em circunstâncias excepcionais, empregam-na tambem para reforçar a primeira linha ou para reconstitui-la no caso de um insucesso.

As vagas de assalto avançam sempre em formação linear. Os prisioneiros alemães interrogados foram unânimes em afirmar que não viram nunca empregar colúnas para o assalto. Entretanto pode ter sucedido que as ondas de ataque lançadas em

linhas densas, tenham deixado atrás grande número de retardatários, dando assim, a distância, a impressão de pequenas colunas de ataque formadas à retaguarda das linhas assaltantes.

II

Os pelotões de granadeiros no exercito inglês

Os ingleses foram presentemente em França os primeiros instrutores no emprego das granadas de mão e o pessoal por eles instruído é hoje o encarregado de difundir o ensino em vários centros de instrução, um dos quais é Châlons, donde os instrutores habilitados vão tomar a seu cargo escolas, como a de Dommartin, à frente de cada uma das quais está um tenente.

Nestas escolas, a instrução prática é dada pela seguinte forma :

Os instruendos colocam-se em frente de várias linhas paralelas, marcadas no terreno por meio de bandeirolas e situadas a 20, 25, 30 . . . metros, e exercitam-se em seguida em arremessar granadas sem carga, executando um movimento bascular com a parte superior do corpo, as pernas na posição de *em guarda* e os braços estendidos, pois o esquerdo serve para dar a direcção conveniente ao projectil.

A distancia maxima a que este tem podido ser lançado por alguns homens é de 45 a 50 metros.

Soldados isolados atiram depois sobre silhuetas de homem de pé, mas sem verem o alvo que lhes é occulto por um anteparo, executando o tiro segundo indicações dadas por um observador colocado lateralmente.

Homens muito exercitados podem chegar a arremessar 35 granadas em um minuto.

Procedem em seguida ao exercício de limpar de inimigos uma trincheira. Para tal fim formam em grupos de 8, que é a unidade base, em fila simples, levando os dois primeiros homens (exploradores) espingarda com baioneta armada, a seguir um granadeiro, depois um municador, seguidamente a este o chefe do grupo, um granadeiro, um municador e finalmente um soldado com espingarda e baioneta.

Nesta disposição vão avançando ao longo da trincheira. Quando os exploradores descobrem o inimigo, dizem, por

exemplo: *Cinco metros à direita, limpar*, e, atendendo a esta indicação ou outra semelhante, os granadeiros arremessam as granadas.

De quando em quando o chefe do grupo dá a voz *Explorar*, à qual os exploradores continuam avançando para verificar se a trincheira está livre ou descobrir a nova situação do inimigo.

Se o granadeiro da frente é ferido, o chefe do grupo fá-lo imediatamente substituir pelo que se lhe segue.

Praticam depois simulacros de ataque a uma trincheira, dispondo-se os grupos de granadeiros em várias colunas de um de frente e todos em direcção perpendicular á daquela, como formação preparatoria. Precipitam-se depois sobre a trincheira e procedem logo à *limpeza* desta e dos ramais de comunicação pela forma já descrita, supondo-se que havia já passado a primeira onda de assalto da propria infantaria.

Ainda que todos os soldados devem saber arremessar granadas, são especialmente instruidos como granadeiros 14 por companhia e outros tantos como suplentes.

Para os exercícius servem-se de projecteis de folha de ferro, cheios de terra, com o peso das verdadeiras granadas, e munidos de um detonador, a fim de que o modo de emprego seja sempre o mesmo. Os proprios soldados confeccionam tais projecteis.

São finalmente exercitados no arremêso das granadas de guerra, as quais são de três especies: de percussão (P. J.) e duas de tempos (F. I. e O. F.).

A primeira, em forma de pêra, tem um invólucro exterior, da mesma forma, que a cobre até meio e que, ao ser arremessada, deixa em liberdade uma cinta com um peso, o que faz que a granada fira o alvo sempre pelo lado do percutor, determinando assim a explosão.

Antes de arremessar as granadas de tempos, o atirador segurando-as com a mão direita bate com o percutor na mão esquerda, o que basta para que a mecha se inflame; arremessa em seguida a granada, a qual demora uns segundos a fazer explosão.

Estas granadas teem ambas forma elipsoidal, dispondo a F. I. de entalhes fundos no sentido dos dois eixos, para facilitar a fragmentação.

O explosivo empregado é a chedite e a zona perigosa pode calcular-se de 20 metros para cada lado do ponto da explosão se esta se realiza em uma trincheira, na qual naturalmente a acção em sentido perpendicular à sua direcção está limitada pelos taludes.

Em terreno horizontal, a de segmentos pode ocasionar baixas até 250 metros.

O manejo desta granada não deixa de ser perigoso pela extrema sensibilidade da espoleta e a explosão é tão violenta que em uma trincheira, distante 20 metros do local onde caíam tais granadas, sentia-se perfeitamente o abalo das camadas de ar.

O proprio detonador é tão forte que, só com êle, expludem as granadas arremessadas sem carga interior.

Trad. do espanhol.

P. S.



FORMAÇÕES TACTICAS DA INFANTARIA

Alvitres

Durante os exercicios da 1.^a Divisão mobilizada em que tomei parte nas linhas de Torres Vedras, dentre muitos, um dos factos que produzia embaraços era o sistema de colocação ou distribuição dos especialistas nas formações da companhia.

Normalmente e em virtude de não haver disposições que definitivamente regulassem o assunto, as especialidades eram divididas pelos pelotões, afim de estes ficarem com efectivos proxivamente eguaes, e, para que depois da sua saída se mantivesse essa egualdade, mantendo-se assim o equilibrio na manobra da companhia.

Assim, a companhia dividia-se em cinco partes:

	Comando	1.º Pelotão	2.º Pelotão	3.º Pelotão	T. c. e reg.º
Comandante	1				
Subalternos		1	1	1	
1.º Sargento	1				
2.ºs Sargentos		2	2	2	
1.ºs Cabos		4	4	4	
Soldados sapadores :		2.	2.	2.	
Telefonistas		1.	1.	—	
Agentes de ligação (sinaleiros)	—	3.	3.	3.	
Enfermeiro	1				
Maqueiros		1.	2.	1.	
Granadeiros		2.	2.	2.	
Corneteiros	1	1	1	1	
Soma	4	17	18	16	

	Comando	1.º Pelotão	2.º Pelotão	3.º Pelotão	T. c. e reg.º
Transporte . . .	4	17	18	16	
2.ºs Cabos e Soldados		69	69	69	
Tratador de cavalo . .	1				
Serventes de carro. . .					2
Condutor de muar de munições.					3
Condutor de muar de gronadas.					1
Condutor de carros . .					2
Soma	5	86	87	85	8
Total		271			

Na formação do pelotão o respectivo comandante colocava os especialistas, que no quadro supra vão marcados com um ponto, e, que formam quatro a cinco filas, na esquerda, dando em resultado ficarem estas filas encorporadas na secção desse flanco.

Logo que qualquer dos especialistas era chamado a desempenhar a sua missão, assim as esquerdas dos três pelotões sofriam modificações e desequilíbrio, e, quando todos eram chamados, as secções impares ficavam com quatro ou cinco filas a mais do que as secções pares, e assim os pelotões que devem ser uma sólida peça de manobra, equilibrada e sem aderencias inúteis, não o eram, com inconveniente para a companhia manobradôra.

A dessiminação dos especialistas é também um inconveniente, pois que a reunião dos mesmos causa grande preocupação ao comando, principalmente nas situações em que se impõe um facil discernimento e grande serenidade, na transmissão de ordens, a qual se não executa imediatamente, por falta da referida transmissão, que muitas vezes é esquecida pelos quadros da Companhia.

Quando o Comando da Companhia recebia ordem para a reunião de determinada especialidade, tornava-se necessário: 1.º transmitir a ordem a cada um dos 3 Comandantes de pelotão; — 2.º tirar as especialidades de cada um dos pelotões; — 3.º reunir as especialidades da Companhia, tendo cada um dos chefes que tomar apontamentos.

Quando se íam tomar as disposições preliminares do combate, o Comandante da Companhia dava aos comandantes dos pelotões ordem para a reunião dos agentes de ligação, a qual, se não cumpria antes da dessiminação dos pelotões, (a maior parte das vezes por esquecimento), e dava em resultado, principalmente no combate, continuar tudo desligado até ao fim do exercício, tornando necessário um grande esforço para pôr termo a este estado de coisas, facto este da maior gravidade no combate.

Quanto mais difficil fôr a situação, tanto mais difficil se torna o funcionamento de cada uma das peças de cada maquina de combate. Ha por isso necessidade e conveniencia em attribuir a cada uma destas peças uma função propria e simples tanto quanto possivel, e tambem, tanto quanto possivel independente do funcionamento proprio das outras peças, de forma a evitar que cada uma sofra das perturbações no funcionamento das outras (esquecimentos, indecisões e demoras), perturbações estas que se multiplicarão com o aumento de incumbencias entregues a cada graduado, como peça que compõe o esqueleto da movimentação das tropas, ligada ás outras congéneres pelos agentes de ligação.

Para evitar a frequencia destes factos, a Companhia deve compôr-se dos seguintes elementos simples: — 1.º O comando. — 2.º Especialidades. — 3.º Cada um dos pelotões. — 4.º Pessoal dos trens.

Como se vê, o funcionamento destes elementos é evidente; toruando-se apenas necessário que estejam convenientemente dispostas no conjunto.

Para que o segundo destes elementos cumpra a sua missão, necessário se torna colocá-lo e dispô-lo no logar mais conveniente ao fim em vista, para o que as especialidades devem passar a constituir um *estado menor da Companhia* — absolutamente independente dos pelotões.

Este *estado menor* passaria a constituir uma *secção de especialidades*, marchando sempre reunida para adquirir unidade de vistas e adaptar sem difficuldade a orientação do espirito do comando, circunstancias estas, que, existindo, tornariam menos sensível as substituições do Comando que se dão por variadissimas causas.

Assim, o Comando sentir-se-ia sempre rodeado de auxiliares

educados a seu modo, prontos e dispostos a um auxilio eficaz, sem necessidade de ter que chamá-los em todas as circunstancias, auxiliares que não fazem parte da linha de atiradores, visto os serviços especiais a que são destinados durante o combate, e, que muitos deles nem tem espingarda.

Então a Companhia subdividir-se-ia pela seguinte forma:

	Secção					
	Comando	de espe- cialidades	1.º Pelotão	2.º Pelotão	3.º Pelotão	Trens
Comandante.	1					
Subalternos			1	1	1	
1.º Sargento.		1				
2.ºs Sargentos			2	2	2	
1.ºs Cabos			4	4	4	
Soldados sapado- res		6				
Telefonistas		2				
Agentes de ligação		9				
Enfermeiros.		1				
Maqueiros		4				
Granadeiros.		6				
Corneteiros	1		1	1	1	
2.ºs Cabos e solda- dos.			69	69	69	
Tratador de cavalo	1					
Serventes de carro						2
Condutor de muar de munições						3
Condutor de muar de granadas.						1
Condutor de carros						2
	3	29	77	77	77	8

A secção de especialidades, comandada pelo 1.º Sargento, adaptaria a formação dos pelotões, formando na retaguarda e ao centro das formações da Companhia, a uma distancia convencional conforme as circunstancias.

Poderá dizer-se que os sapadores, maqueiros, granadeiros, etc., saem frequentemente da Companhia para constituirem os pelotões e outras formações de especialidades, ficando por isso poucas praças na secção de especialidades, mas esta opinião em nada contraria o que atraz ficou dito, visto que este alvitre visou:

1.º — Evitar as deformações constantes a que as esquerdas dos pelotões estão expostas e sofrem pelas entradas e saídas dos especialistas;

2.º — Manter eguaes as duas secções dos pelotões;

3.º — Dar unidade de acção, em geral e em particular, ás unidades;

4.º — Ter as especialidades prontamente colocadas ás ordens immediatas do Comando, principalmente nos momentos criticos, sem necessidade de cuidados especiais, ao qual é necessário assegurar um facil, rapido e ininterrupto exercicio das suas funções:

5.º — Poupar o tempo que é sempre necessário para reunir as especialidades dispersas pelos pelotões.

Embora tivesse procurado, não encontrei qualquer inconveniente a que a adaptação desta medida pudesse dar lugar.

Pelo que vi nos mesmos exercicios, devo dizer que julgo vantajoso, que os *Estados Maiores e menores* dos Regimentos e Batalhões, constituam nucleos completamente separados das subunidades daqueles, visto serem orgãos destinados a determinadas funções dependentes unicamente da vontade do Comando e á ligação do pensamento do mesmo Comando com as subunidades e outros serviços, em todas as situações militares (marcha, estacionamento e combate).

A sua dispersão cria ás subunidades uma sobrecarga inutil que causa embaraços e prejuizos de toda a natureza, inclusivé á disciplina.

Capitão A.

Emprêgo da artilharia na guerra de trincheiras

De um livro recentemente publicado em França, cujo autor é o general Dubois, intitulado *L'Artillerie de campagne dans la guerre actuelle*, livro que se distingue pelo tom ponderado das suas apreciações, extratamos as ideas que seguem sôbre os processos applicados à guerra de trincheiras moderna, que são na sua maioria, como é bem notorio, completamente novos.

* * *

Antes de assinalar as condições do emprêgo da artilharia nesta guerra tão especial, convem recordar, a traços largos, em que consistem essas trincheiras, como estão dispostas e organizadas, e de que modo as ocupa a infantaria e nelas se conduz.

Depois dos grandes movimentos do principio da campanha e do fracasso no intento de envolvimento, que levou os alemães a estender a sua frente até ao mar do Norte, os exércitos adversarios estabeleceram-se em frente um do outro, sôbre posições muito proximas umas das outras, nas quais se fortificaram muito rapidamente para resistir da melhor maneira possivel ao choque do adversário. Dia a dia se tem desenvolvido e reforçado os ditos abrigos; posto que a potencia de destruição das armas actuais obriga a dar uma grande solidez à protecção pelo terreno. A mesma causa obriga, para evitar perdas elevadas, a estudar e preparar com antecipaçaõ as offensivas; estas só se podem executar hoje em dia pelo choque directo sôbre a linha inimiga, com exclusão quási completa das operações de flanco de grande raio.

O terreno remove-se, trabalha-se e dispõe-se segundo multiphas linhas sinuosas que escalam as encostas, descem às depressões e que, colocadas umas por detrás das outras, formam um conjunto que alcança por vezes vários quilómetros de pro-

fundidade. As ditas linhas sucessivas estão ligadas entre si, quer por caminhos muito abrigados, quer por trincheiras de comunicação.

Na primeira linha alternam as trincheiras de linha com os abrigos; atrás estão estabelecidas trincheiras-refugios, nas quais o pessoal se instala e se prepara durante o periodo de bombardeamento intenso, com o qual o adversário precede, geralmente, os ataques à viva força. Mais atrás ficam outras trincheiras e outros abrigos dispostos para as tropas de reforço e apoio.

Todos estes elementos comunicam entre si por trincheiras em zig-zag para evitar os tiros de enfiada e que utilizam do melhor modo possível o abrigo natural que as formas de terreno podem apresentar.

Tal é, em suas linhas gerais, esse campo em que a infantaria, em um duro e constante trabalho sustenta a luta de cada dia e prepara a rutura da linha inimiga.

A frente subdivide-se em um certo número de pontos de apoio, flanqueando-se reciprocamente e ocupados cada um por unidades completas, especialmente destinadas à sua defesa.

Á retaguarda, e a uma distância que depende da configuração do terreno, a artilharia oculta as suas peças por detrás das cristas ou das massas cobridoras, que lhe permitem executar o tiro indirecto nas melhores condições possíveis.

Mas as peças não devem estar sómente ocultas das visuais horizontais; é preciso que também estejam dissimuladas para as dirigidas dos aeroplanos inimigos; os locais de aspectos geométricos escolhidos para aquêles, teriam o inconveniente de ser imediatamente descobertos pelos aviões e facilitar assim o tiro preciso contra as ditas peças.

Há, em principio, vantagem em manter a organização por grupo, sem fraccionar as baterias.

Todavia, esta regra é de aplicação muito menos geral que na guerra de manobras, e as circunstâncias fazem, a meudo, com que uma bateria, uma secção e ainda uma única peça, seja encarregada da realização isolada de uma determinada missão.

Os observadores estão, em geral, colocados bastante à frente freqüentemente nas mesmas trincheiras de infantaria de primeira linha, onde veem directamente enviando pelo telefone todas as indicações necessárias para a regulação do tiro. Os observatórios situados fora das trincheiras devem, quando estão a ceu

aberto, estar bem dissimulados, dispondo de vistas perfeitamente desembaraçadas e possuindo um certo domínio sobre o terreno da acção. Quando um grupo ou uma bateria estiver situado em posição no fundo de um vale e deva bater objectivos sobre uma crista de frente, poderá ser vantajoso, em certos casos, colocar os observatórios sobre a crista oposta, isto é, à retaguarda do grupo ou da bateria, a uma distância que algumas vezes pode atingir 2 ou 3 quilómetros.

Para isto é preciso haver uma comunicação telefónica perfeita, dupla e ainda tripla se fosse possível.

Por último, em muitos casos recorre-se aos observatórios enterrados, com tecto á prova dos projecteis, e munidos de *standards* telefónicos.

Sendo o fim em vista destruir o adversário, ou pelo menos expulsá-lo das trincheiras que ocupa e o apoderar-se das suas linhas, convem indicar o character geral de uma operação ofensiva deste género, mostrando mais especialmente o concurso que a artilharia pode prestar nela.

Uma vez resolvido efectuar o assalto metódico duma parte da linha inimiga, é preciso, primeiro que tudo, aproximar-se das trincheiras do adversário para poder no momento escolhido transpor, com o mínimo de perdas, o espaço compreendido entre as duas frentes. Com este fim realizam-se novos trabalhos de sapa em uma progressão forçosamente lenta, posto que o inimigo que observa e que, geralmente, não ignora nada, não deixará por nenhum meio de os dificultar.

Não há, além disso, no que precede nenhuma regra absoluta, e as circunstâncias podem aconselhar um ataque da linha inimiga, sem que haja terminado o prévio trabalho de approche.

Daqui resulta que a forma de combater pode ser mui diversa, conforme as trincheiras opostas estejam a uma certa distância ou quasi em contacto, quer o ataque se produza de dia ou de noite, quer o terreno esteja sêco ou com barro, quer as rêdes de fio de ferro e outras defensas acessórias deante da linha inimiga hajam sido mais ou menos destruidas ou desorganizadas.

Em todo o caso, a acção da artilharia, é o factor essencial da preparação do ataque, sendo para êle indispensável que entre o chefe que ordena o ataque e o comandante da artilharia que o sustenta haja continuamente um perfeito acôrdo.

A preparação de um ataque importante exige, geralmente, vários dias, durante os quais, tanto a artilharia de campanha como a artilharia de grosso calibre, deve executar um tiro preparatório muito preciso e ensaios de concentração de fogos sobre todos os pontos do sector de ataque que hajam podido ser determinados e que tenha interesse particular em bater, tais como abrigos do pessoal, fortins ou *blockhans*, órgãos de flanqueamento ou porções de defensas acessórias que convenha destruir para facilitar a passagem das tropas de assalto.

A regulação do fogo prolongar-se há durante vários dias, dispondo-se assim do tempo necessário para resolver da maneira mais exacta todos os problemas de tiro que se podem apresentar. Segundo a natureza dos objectivos, se repartirão estas entre as baterias de diverso calibre de que o atacante pode dispor.

Quando o director do ataque tenha fixado o dia e hora para este, dará com tempo à artilharia a ordem de começar contra a posição inimiga um bombardeamento tão intenso quanto seja possível. Compreende-se que a regulação precisa, executada previamente, dará imediatamente a este bombardeamento o seu máximo de eficácia.

A distribuição das missões realizar-se há, em geral, do seguinte modo: a peça de 75 atirá especialmente sobre as defesas acessórias a fim de abrir brechas, pelas quais se precipitarão os assaltantes; a de 90, a de 95 e as peças curtas de grosso calibre de 155, morteiros de 220, etc., tomarão, sobretudo, como objectivos os abrigos e os órgãos de flanqueamento, tais como os *blockhans* e os abrigos de metralhadoras. As peças pesadas de grosso calibre baterão a artilharia contrária e as reservas inimigas, cujos retornos ofensivos deve impedir; para tirar o melhor partido do alcance destas peças deverão elas aproximar-se o mais possível, embora sem esquecer a sua pouca mobilidade e a necessidade eventual de um deslocamento. Os morteiros e os lança-bombas atacam principalmente as trincheiras e os seus defensores; a acção continuada dos seus projecteis desmora os parapeitos e os fossos de comunicação. Como já se indicou, os observadores de artilharia, colocados nas trincheiras avançadas, permitirão, com as suas indicações telefónicas, assegurar a precisão do tiro e a execução das mudanças necessárias de objectivos.

O tiro de bombardeamento realizado nestas condições, redobra de intensidade à medida que o instante decisivo se aproxima, paralisa o inimigo e o retém nas suas trincheiras.

Emfim, à hora prevista, cessa o bombardeamento e começa o ataque.

A artilharia prolonga então o seu fogo e dirige-o mais particularmente contra os órgãos de flanqueamento.

A irrupção nas trincheiras efectua-se por ondas sucessivas, à baioneta e com lançamento de bombas de mão, abrindo passagem por entre as brechas feitas pela artilharia na rêde das defensas accessórias.

Não basta executar com exito este ataque que põe em jôgo todas as qualidades de bravura e audácia dos soldados, pois por sua vez chegou o momento em que nunca deixam os alemães de efectuar contra as tropas, por força um pouco desorganizadas em consequência do seu impetuoso avanço, contra ataques perfeitamente organizados.

E' preciso então que por todos os meios tenha a infantaria tempo de refazer-se, de reformar-se e de adotar-se definitivamente à posição por ela conquistada.

Todavia, é a artilharia chamada a obter este resultado entrando energica e rapidamente em acção, batendo com fogo intenso e contínuo todos os pontos donde possa partir o contra-ataque.

Todos os calibres concorrem para conter a onda inimiga; mas neste momento tem a palavra o 75 e o 105, aos que assegura um máximo de eficácia a sua rapidez de tiro.

Emfim, grande quantidade de exemplos que se poderiam citar, demonstram que um contra-ataque, batido no momento preciso que convenha para um fogo intenso de artilharia, sofre invariavelmente perdas enormes, e falha quâsi sempre. Mas importa que o momento seja bem escolhido; só com esta condição pode e deve ser decisiva a intervenção da artilharia.

O papel da artilharia na defensiva deduz-se logicamente do que acaba de dizer-se do desenvolvimento das diversas fases na ofensiva.

É fóra de dúvida que o espírito de ofensiva deve ser sempre o que prevaleça; mas fica por explicar a questão de se em certos casos concretos será melhor aguardar o ataque adver-

sário afim de responder com um contra-ataque cuidadosamente preparado e oferecendo assim as maiores probabilidades de exito.

Em cada caso particular incumbe ao comandante a resolução desta delicada questão, segundo a situação geral, o terreno e os calculos que tenha podido fazer sôbre os efectivos e os recursos em material das fôrças em presença.

Não se deve, pois, à *priori*, apreciar desfavoravelmente uma situação na defensiva; na guerra de trincheiras actual, fazer-se atacar para enfraquecer o adversário e fazer em seguida um contra-ataque com vigor, pode ser em certos casos uma forma vantajosa de combate.

Em qualquer lugar, o primeiro dever do comandante de artilharia é possuir, tanto na defensiva como na ofensiva, uma opinião clara sôbre a solução que hoje deve adoptar-se para utilizar as suas baterias nas diferentes fases da acção.

O comandante da artilharia deve também ter um plano muito completo formado com as observações feitas dos aeroplanos, e em que estejam indicados, tão exactamente quanto possível, as posições das baterias inimigas montadas e a situação das restantes; deve igualmente tratar de se ilustrar sôbre os calibres, situação de abrigos do pessoal, depósitos de munições, aprovisionamentos, etc.

Assente isto, a missão da artilharia na defensiva dependerá das manifestações diversas da actividade do adversário.

Um violento fogo de artilharia sôbre um troço da linha das nossas trincheiras é indício quási certo da preparação de um ataque.

Se, pelo contrário, o fogo não fôr muito intenso, é possível que com êle só intente o inimigo recordar a sua presença. Nêste caso, não se lhe deve ligar importância; são tais as leis da dispersão, que um tiro executado nestas condições, ainda com regulação precisa, é ineficás contra trincheiras bem estabelecidas. A abertura destas trincheiras não excede de 1 metro; agora, considerando os desvios provaveis do campo de batalha, demonstra-se facilmente que depois de regulado o tiro, a probabilidade de bater em uma trincheira, um projectil disparado a uma distância de 2.500 e 3.000 metros, não passa a 5 e 6 por 100.

Nestas condições, só um tiro intensivo pode produzir um resultado eficaz contra as trincheiras.

Na prática viu-se confirmada a theoria; há muitos meses, e em numerosos pontos da frente, têm sido bombardeadas as trincheiras ainda que bastante activamente e durante muito tempo, sem que jámais se tenha pensado em as evacuar.

Se, pelo contrário, o tiro de artilharia inimiga fôr muito intenso e muito bem regulado as mesmas leis de dispersão tornam insustentavel a situação nas trincheiras, sendo preciso enviar o pessoal para as trincheiras-refugios.

Só permanecem nos seus pontos para assegurar a observação alguns soldados e chefes de secção munidos de periscópios; os encarregados das metralhadoras, bem dissimulados nos seus abrigos, preparam-se no entanto para entrar em acção.

Durante êste periodo, a artilharia, de defesa contrabate com toda a energia possível as baterias adversárias e procura, reduzi-las ao silêncio. Cumprirá a sua missão creando zonas de detenção, nas quais a densidade de fogo seja suficientemente grande para impedir qualquer avanço da infantaria. Pertencerá ao comandante da artilharia a adopção, para êste efeito, das medidas técnicas que convenham, e especialmente a de prever os reforços necessários em material.

Pode succeder que, apesar de tudo o que tenham feito os defensores, o inimigo consiga instalar-se nas nossas trincheiras. Mas ainda assim não há nada perdido, pois, na realidade, começa então um período crítico para o adversário se contra êle fôr feito um ataque bem preparado e dirigido.

O papel da artilharia adquire então grande importância, pois deve ao mesmo tempo preparar o contra-ataque cobrindo com os seus fogos o inimigo que momentaneamente tenha pisado as nossas trincheiras, e depois, quando começa a retirar-se, executar um tiro fixante, que lhe impeça retroceder as suas próprias forças.

Assim, é como em todas as fases da guerra de trincheiras os comandantes de artilharia, por um estudo constante da situação, por um emprego judicioso de todos os meios, e, finalmente, por uma ligação, constante com a infantaria, podem fazer representar a sua arma, uma missão consideravel que contribua muitissimo para o exito final.♦

(Traduzido do *Memorial de Artilharia*, por R.)

ESCOLA DE GUERRA

Despedida dos alunos que terminaram os cursos reduzidos

Como tem sido prática adoptada pelo actual comandante da Escola de Guerra, realizou-se, no dia 3 de maio corrente, na vasta e elegante sala do Ginasio, uma das mais notaveis de Lisboa, a cerimonia da despedida dos alunos que haviam terminado os cursos reduzidos, determinados pelo Decreto de 4 de abril do ano findo, e que agora foram destinados a ministrar a instrução aos novos recrutas, emquanto não marcham para o teatro da guerra a encorporarem-se ao C. E. P.

A cerimonia foi presidida pelo sr. General Moraes Sarmiento, comandante da Escola, que tinha em volta de si todos os lentes, instrutores e mais officiaes ali em serviço, incluindo os que frequentam o curso de Estado Maior, os quais tomaram logar em amplo estrado, colocado no tampo da sala, aonde se ostenta o eloquente e symbolico verso de Horacio:— *Dulce et decorum est pro patria mori*. Na galeria superior viam-se bastantes senhoras e cavalheiros das familias dos alunos.

Aberta a sessão, o Presidente concedeu a palavra ao major de cavalaria, com o curso de Estado Maior, sr. Mario de Campos, lente da Escola, o qual, em nome do corpo docente e instrutores, pronunciou a seguinte allocução:

Sr. General Comandante:

Tendo recebido de V. Ex.^a, Sr. General Comandante desta Escola, o honroso encargo de, em nome do corpo docente e instrutores, dirigir aos alunos as últimas palavras escolares, é meu dever, dever que cumpro gostosamente, agradecer a V. Ex.^a uma distincção de tão alta valia, a que desejarei corresponder dentro do apertado circulo das minhas forças.

Alunos:

Quando o meu espirito procurava indagar das condições em que amanhã ides entrar numa escola mais ampla — a vida, — não me atingiu qualquer embaraço ou receio, por isso que a preparação prática ministrada nesta Escola é já um começo de vida.

E se, num balanço prévio, fixardes bem qualquer das *é-ta-pes* dos cursos que acabais de concluir, não deixareis de reconhecer, certamente, que o nosso esforço, nos limites da possibilidade, vos colocou em contacto directo com as *realidades*.

E que diferença, di-lo a historia — que não mente —, entre os povos que têm o espirito nas *realidades*, e os que se de-têm eternamente a *ouvir* apenas palavras!

Mas, ao lado do ensino da sciencia aplicada, da tecnica derivada das teorias scientificas, a Escola cuidou desveladamente do desenvolvimento da força moral dos seus alunos, por isso que, hoje, como outr'ora, a preparação do combate, a organização da vitoria, exigem, além de uma alta cultura intelectual, que o exercito seja moralmente forte. Não ignorais, por certo, que tereis de ser não só instrutores militares, mas ainda educadores civicos. Pois não são as virtudes civicas tão necessá-rias ás democracias, as pedras angulares das virtudes milita-res? E, na batalha, como condutores de soldados, não deve-reis esquecer, que o sucesso pertencerá áqueles que souberem manejar corações tão bem ou melhor do que manejam as suas armas.

Alunos:

Engrandecei e nobilitai a Escola que vos aprestou para a guerra. Lembrai-vos que não ha, para os que devotadamente lidam dentro deste estabelecimento militar, consolação superior á de vêr como êle engrandece, como se nobilita.

Conservai bem acêso no coração e bem rutílo no cérebro, o amor e o culto pela austera e nobre profissão a que vos dedicastes.

Não recuseis nunca á causa da Patria o esforço, a força do sacrificio que ela vos exigir.

Um povo só é grande quando institue nêle e em volta dêle a religião da Patria. E procurai sempre inspirar-vos nos superiores interesses do País e da Republica.

Nesta hora alta de comoção dos povos, fazei reacender

nos vossos corações juvenis, o heroísmo luzitano, que a realidade está á vista.

Ide para a vitoria, vitoria que sempre acompanhou os estandartes de Portugal e de Inglaterra, erguendo-se e tremulando juntos nos campos de batalha. Não duvideis dela. Duidar seria esquecer todo o passado de Portugal e desesperar do futuro.

Disse.

Quando o Sr. Major Mario de Campos terminou, dirigiu-se o Sr. General Moraes Sarmiento aos alunos, nos seguintes termos:

ALUNOS:

«O estalão mais seguro para apreciar a solidez de um exercito é a valia dos seus quadros. Por muito que, em todas as nações, se tenha repetido esta asserção, nunca o será demais, para evitar que seja obliterada por aqueles, que têm o dever de organizar, instruir e disciplinar os exercitos, de modo a torna-los pujantes maquinismos que, com a segurança interna, afirmem a consideração e o temor do estrangeiro.

Ora, da valia dos quadros é função primordial o respectivo gráu de instrução. A guerra constitue sciencia difficil e transcendente, que exige nos que a dirigem, além dos dotes essencialmente militares, que são apanagio do carácter, espírito lucido e enriquecido pelo estudo persistente e metódico.

Porque assim tem sido universalmente reconhecido, se vê desenvolverem-se em todas as instituições militares dos diversos países as escolas militares, ou seja com o fim de preparar officiais para as diversas armas e serviços, ou de habilitar as mais modestas praças para o melhor desempenho dos seus deveres.

Nesta orientação a que, antes da guerra, nenhum exercito da actualidade buscava eximir-se, é possível que a crítica sensata e justa tivesse encontrado fundamento para reparos, tais como, o da preponderancia que a teoria havia conquistado sob a prática nos programas e desenvolvimento do ensino.

Evitar esse escolho na preparação rápida dos numerosos officiais, de que o exercito necessitava para completar a sua mobilização, foi o fim a que mirou o diploma legislativo, que

estabeleceu nesta Escola um regime provisorio destinado a ministrar exclusivamente o ensino teórico-pratico essencial para o desempenho das funções de official subalterno das diversas armas e serviços.

E' preciso, portanto, que cada um de vós não entre nas fileiras do exército com a convicção de que já sabe tudo quanto se torna mister para a resolução rápida de todos os numerosos problemas, que a todo o instante surgem na vida de campanha. Ainda agora haveis iniciado, por assim dizer, o estudo da Arte da Guerra, que sempre foi de difficil aquisição, mas muito mais se tornou, desde que todos os ramos conhecidos da sciencia e da industria vieram trazer-lhe em oferta as maravilhas com que dia a dia engrandecem a vida social.

A vossa carreira futura, para que se torne verdadeiramente util, tem que ser dedicada fervente e ininterruptamente ao sacrificio da propria vida e ao trabalho ardente e racional. No teatro da guerra, para onde em breve seguireis, a força dos acontecimentos vos despertará o espirito nessa patriótica orientação. Mas, quando a paz voltar a reinar entre os povos, que os louros colhidos vos não entibiem a vontade e desvairem a razão. Urge então, como agora, que procureis desenvolver a vossa incipiente instrucção técnica nas proporções exigidas pelos maiores deveres successivamente inerentes à escala hierárquica.

Tanto mais se torna indispensavel ter sempre presente este derradeiro conselho, que vos oferece o vosso velho comandante, quanto que na própria mentalidade da nossa raça, se encontra o principal adversário da doutrina exposta.

O perigo eminente estimulou sempre o patriotismo nacional, levando os nossos compatriotas a praticar na hora do perigo heroicidades, como as não regista maiores qualquer outro povo. Logo que renascia, porém, a tranquillidade, iam sendo esquecidos os sensatos preceitos determinados no momento das crises.

Poderia neste momento recordar vários diplomas da legislação e factos da história pátria para confirmar esta asserção, mas o momento não é adequado para essas escavações históricas. Basta, para chegar onde pretendo, que vos cite a opinião de um grande engenheiro português, empenhado em conservar bem erguida a alma nacional, após a Restauração, que

dizia a um auditório escolhido: « — A razão porque se perdeu tanta parte daquela tão honrada monarquia da Asia, ganha com tão illustre sangue, qual foi? Porque o inimigo *fazia* e nós *havíamos de fazer*. Não vamos tão longe. Enquanto Portugal teve homens de *havemos de fazer* (que sempre os teve) não tivemos liberdade, não tivemos reino, não tivemos corôa. Mas tanto que tivemos homens de *quid facimus*, logo tivemos tudo — ».

Aqui está, em breves e bem eloquentes palavras, a razão de ser da educação preceituada pelo actual regime provisório. O excesso das teorias, de que se acusava o anterior sistema de ensino escolar, foi inteiramente posto de parte. Delas só foi transmitida a parte absolutamente essencial, que não podia ser obliterada sem grave perigo, não só para a vossa preparação técnica, como para saberdes o motivo dos actos escolares, que vos eram exigidos nos campos de exercícios, nos laboratórios e onde quer que a vontade devesse ser regida pela razão. O que a Escola pretendeu conseguir foi tornar de cada um dos seus educandos, não homens de *havemos de fazer*, embora com larga cultura profissional, mas officiais de *quid facimus*, de poderosa e bem orientada iniciativa, inteiramente familiarizados com o trabalho, por mais aspero e fatigante.

Por isso, no curto ano que aqui haveis passado, se dispendeu a melhor parte do tempo em trabalhos que exigiam cumulativamente o esforço físico, o exercício da vontade e a adequada cultura do espirito. De vós depende agora exclusivamente a demonstração do que vale esse regime de ensino e da recompensa que merecem, pelos dedicados esforços empregados, os vossos mestres e instructores.

Será nos campos de batalha onde essa demonstração deve fazer-se. Os créditos desta Escola e a vossa honra pessoal estão assim estreitamente unidos e dependentes do vosso procedimento, mas sobre estes estímulos, já de si bem grandes, paira outro mais alto, mais ingente e mais nobre, que se traduz no popular e patriótico conceito:

Honrai a Pátria, que a Pátria vos contempla!

Seguidamente, todos saíram da sala para a vasta parada da Escola. Aí mandou o Comandante da Escola chamar à sua

presença os alunos comandantes dos diversos cursos, dirigindo-se ao mais graduado deles para lhe apertar a mão, recomendando-lhe que transmitisse esse particular testemunho de consideração e estima a todos os seus camaradas e condiscipulos. Nos anos anteriores, em que eram distribuidas pessoalmente as cartas aos alunos, essa prova de cordealidade era dada pelo General a cada um dos interessados no acto de lhe entregar aquele diploma. Mas, não havendo agora tempo para se prepararem as ditas cartas, por isso não pôde ser adoptada a prática anterior.

Entramos nestas minucias porque tais factos têm significação especial, pondo em relevo o regime de educação moral, que o Sr. General Moraes Sarmiento sempre tem seguido nos estabelecimentos de educação militar, que tem dirigido, e com o qual, a par da aplicação de uma severa disciplina, tem conseguido manter sempre perfeita ordem e a melhor aplicação entre os seus educandos.

Antes de terminar, diremos que foram 440 os alunos que terminaram os cursos, pertencendo ás armas e serviço, que seguidamente vão especificados:

Engenharia	31
Artilharia a pé	13
Artilharia de campanha	69
Cavalaria	33
Infantaria	220
Administração militar	74
Todos	440

O GENERAL RODRIGUES DA COSTA

Finou-se no dia 11 do corrente mês de maio o general de divisão reformado João Carlos Rodrigues da Costa, um dos mais antigos socios da Empresa da «Revista Militar».

Era Rodrigues da Costa natural de Lisboa, onde nasceu a 7 de Setembro de 1843, tendo, portanto, 74 anos incompletos. Foram seus pais Manuel Rodrigues e D. Joaquina Carlota Ramos.

A sua vocação para a vida militar acentuou-se logo no começo dos estudos preparatórios. Assentando praça a 18 de Agosto de 1860, isto é, aos 17 anos, frequentou na Escola Politécnica as preparatórias e em seguida, na antiga Escola do Exército, os cursos de infantaria, cavalaria e artilharia, a cuja arma ficou pertencendo, tendo-a concluído, com distinção, a 2 de Dezembro de 1865.

Por decreto de 19 do mesmo mês e ano foi promovido a 2.º tenente para a Companhia de artilharia de guarnição da Ilha Terceira.

Foi nos Açores, onde permaneceu até 1872, que iniciou a sua vida jornalística e manifestou a sua tendencia literária. Assim, fundara em Angra do Heroísmo, em 1868, (ano em que fôra promovido a 1.º tenente) o *Jornal do Gremio Literario*, e nesse mesmo ano e até 1869 foi redactor e director do jornal *A Lagrima*. Depois, em 1870, tambem fêz parte da redacção de outra folha literária, intitulada *Idéa Social*, que pouco tempo durou.

Assistindo em 1 de Dezembro de 1871 à sessão soléne de inauguração da bibliotéca popular do Club Angrense, proferiu um notavel discurso, mostrando logo as suas grandes qualida-

des de orador elegante e fluente. Este discurso, sob a epigrafe *Independencia e instrução*, foi, pouco depois, em 1872, impresso em Lisboa.

Nos anos de 1871-72 publicou o jovem artilheiro, nesta *Revista*, uma série de interessantes artigos, que lhe permitiram entrar, alguns anos depois, para a Emprêsa da mesma, a saber :

Estado actual militar dos Açores, («*Revista Militar*», 1.^a série, t. XXIII, 1871, pags. 319-323, 492-499, 518-522; t. XXIV, 1872, pgs. 107-111).

Sobre justiça militar («*Revista Militar*», t. XXIV, 1872, 128-132. 367-375).

De regresso a Lisboa, não demorou muito a sua promoção a capitão (13 de Agosto de 1873) e dois meses depois foi, por portaria de 15 de Outubro, nomeado repetidor de matemática e sciencias naturais no Colégio Militar.

Os seus trabalhos no magistério, onde veiu a ocupar um lugar proeminente, não o impediram, contudo, de continuar na sua vida jornalística, colaborando em diversas publicações literárias, politicas e militares. Assim o vemos escrever na *Revista Militar*, *Galeria Militar*, *Jornal do Exército Português*, *Diário do Exército*, *Comércio do Porto*, *Ocidente*, *Correio da Europa*, *Diário Ilustrado*, *Diário de Portugal*, *Diario de Noticias* e *Revolução de Setembro*. A sua colaboração neste ultimo jornal ao lado do vernaculo e venerando Antonio Rodrigues Sampaio, tornou-o notavel e radicou-o jornalista de primeira plana pelo vigor da doutrina e pela rigidez na controversia, em que o grande polemista o animava e aplaudia. Redactor efectivo, a partir de 1875, substituiu Rodrigues da Costa, a meudo, Sampaio no artigo politico, distinguindo-se os seus artigos sobretudo por essa feição tão característica no mestre. Sampaio, como muito bem diz o jornal *O Dia*, de 12 do corrente, «educára toda uma geração literária e jornalística no amôr à liberdade, em toda a sua pureza, e Rodrigues da Costa foi de todos os seus discipulos, talvez, aquele que, através dos anos e da experiencia e prática da vida, maior culto lhe prestou sempre, quando ainda a politica não tinha feito dela o lema de uma bandeira, sofismando-a e confundindo-a com a licença ou com a anarquia!»

Na sua larga carreira jornalística suscitou Rodrigues da Costa polémicas e controversias, mas nunca odios nem aver-sões irreductiveis.

Em 1876, contando R. da Costa apenas três anos de professor no Colégio Militar, foi incumbido de redigir a oração de abertura dos cursos, solenidade a que assistiu El-Rei D. Luiz I. Essa oração, brilhantíssima na forma, e pelos conceitos que encerra, foi muito bem recitada, causando a mais agradável impressão no selecto auditório. Encontra-se publicada nesta *Revista* (t. xxviii, pags. 508-516, 535-540, saindo depois em folheto sob o título:

Aspirações de progresso militar. Discurso proferido na sessão real de abertura dos cursos do R. Colégio Militar para o ano de 1876-77, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876.

Pouco depois desta solenidade, como recompensa ao merito revelado em tão bela peça literária, que Rodrigues da Costa dedicou a José Paulino de Sá Carneiro, então director do Colégio Militar, foi ele agraciado com o grau de oficial da ordem de S. Tiago, cuja concessão, a esse tempo muito rara, só era feita a quem possuía verdadeiro mérito scientifico, literário ou artístico.

Em 1877 e 1878 publicou o jovem e talentoso escritor os seguintes trabalhos:

Relatorio e programa de trabalhos da secção de geografia, e estatistica militar («Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», serie I, t. I, 1877, pags. 28-33).

José Maria Pacheco de Aguiar—Memorias historica e bibliografica, Lisboa, 1877.

A proposito da *Memoria sobre o sistema de estudos militares que convem executar na peninsula de Torres Vedras* pelo sr. Sebastião Teles, escreveu uma desenvolvida apreciação nesta «Revista» (t. xxx, 1878, pags. 336-341), onde emite algumas opiniões sobre questões de defesa nacional, que muito importava tornar conhecidas.

Discurso pronunciado na sessão solene de 19 de Dezembro de 1878 por ocasião da posse do grão-mestre da maçonaria portuguesa Conde de Paraty, Lisboa, 1879.

Em 1878 desempenhou o capitão Rodrigues da Costa, por ocasião das manobras militares em França, uma honrosa comissão naquele país, assistindo às manobras do 14.º corpo do exército, comandado pelo célebre general Bourbaki, o heroi de Sebastopol, sendo então agraciado com a cruz da Legião de Honra.

Em 1880, quando Eduardo Coelho teve a ideia de tentar a celebração do tricentenário de Camões, esse primeiro grito da renascença nacional, Rodrigues da Costa foi, como representante do jornal mais antigo do país, a *Revolução de Setembro*, à primeira reunião da imprensa. Aí lhe deram, nessa qualidade, a presidência efectiva, elegendo Sampaio presidente honorário. Foi ele que dirigiu todos os trabalhos da comissão executiva à qual ficou também presidindo e que levou a efeito as extraordinárias festas camoneanas, que se realizaram em Junho desse ano, sendo o dia mais festivo o 10 desse mês.

Por essa ocasião também se fundou a primeira Associação dos jornalistas e escritores portugueses, sendo Rodrigues da Costa e Eduardo Coelho que mais trabalharam para a instituir, e nela teve o primeiro a presidência efectiva, sendo eleito Sampaio presidente honorário, o qual presidiu à primeira sessão solene, realizada no dia 10 de Junho na Sociedade de Geografia de Lisboa, servindo de secretários Rodrigues da Costa e Eduardo Coelho.

Mais tarde, contribuiu também, e em muito, com o seu valioso concurso para a fundação da segunda Associação dos Jornalistas e Homens de Letras.

Em 1881 os estudantes de Coimbra resolveram fazer festas camoneanas que rivalisassem com as levadas a efeito na capital no ano anterior. Lá foi, pois, a Coimbra, na ocasião própria, (5 a 8 de Maio) Rodrigues da Costa, como representante da grande comissão do centenário de que fazia parte.

Um dos números do programa destas festas era um *sarau* no teatro Académico, que foi uma afirmação pública do adiantamento literário e científico da geração académica de então, e nesse *sarau* pronunciou Rodrigues da Costa um entusiástico discurso, recebendo uma extraordinária ovação.

Duas vezes foi Rodrigues da Costa eleito deputado, em 1882 e 1892. A sua passagem pela política foi, portanto, curta mas honrada. Os seus discursos, revestidos de uma forma literária encantadora, enaltecem o seu carácter pelas ideias defendidas. Estão publicados nos respectivos "Diários", sendo muitos deles notáveis, especialmente os pronunciados por ocasião da reforma do exército de 1884.

É sabido que o moço deputado regenerador criticara no Parlamento, com desusada e corajosa franquesa, alguns actos

de Fontes, como ministro da guerra. Quem conheceu Fontes, sabe o quanto ele era susceptível neste campo. Mas a Rodrigues da Costa ficou a grata recompensa de vêr que no exército não faltava quem o animasse com os seus aplausos, quem compartilhasse as opiniões que ali tivera a coragem de expandir.

A politica nunca, a bem dizer, seduziu Rodrigues da Costa, não obstante o seu intimo e prolongado contacto com politicos nos jornais em que colaborara e, sobretudo, na *Revolução de Setembro*, a qual ficara inteiramente a cargo dele e do Dr. Cunha Belem, a partir de 13 de Setembro de 1883 em que faleceu Sampaio. Serviu, no entanto, essa curta passagem pela politica, para afirmar a rija tempera do carácter do brioso militar.

Como bem disse, no cemitério, o nosso colega Teixeira Botelho, quem falar do carácter de Rodrigues da Costa, «há de dizer que a sua honestidade, no sentido amplo da palavra e não na sua acepção restrita, era verdadeiramente intangível, e que a sua independencia de carácter era tão extraordinária, que se pode chamar excessiva, chegando a ser causa de que o illustre extinto, com o admiravel conjunto dos seus imaginaveis dotes, nunca desempenhou outros lugares senão os que pela hierarquia militar lhe pertenceram.»

Em 1884 foi Rodrigues da Costa promovido a major, a 31 de Outubro, para o regimento de artilharia n.º 4, contando então 41 anos de idade.

Em 1887 falecia Fontes Pereira de Melo, e logo depois publicava Rodrigues da Costa um interessante estudo encarrando como militar o grande estadista, a saber:

O general Fontes Pereira de Melo «Revista das Sciencias Militares», Lisboa, t. IV, 1887, 33 paginas.

É uma homenagem à memória daquele que tão proeminente papel desempenhára no exército durante cêrca de 20 anos. O nome do autor, em um preito à extinta individualidade de Fontes, não como estadista ou chefe político, mas como militar, dava-lhe, porém, uma feição ainda mais significativa. Leal e espontanea homenagem, pondo em relevo os traços mais caracteristicos, os actos mais importantes da personali-

dade de Fontes, tal é a obra que Rodrigues da Costa realçou com o brilho e elegância da sua linguagem de esmerado escritor.

A data *11 de Janeiro de 1890—o Ultimatum*—é para nós, portugueses, bem triste. E se, em uma frase feliz de Teixeira Botelho, «quando a Patria, jubilosa, comemorou o tri-centenário do seu grande poeta, encontrou ao seu serviço o entusiasmo de Rodrigues da Costa, secundado pela sua palavra e pela sua pena fulgurantes», desta vez «quando a Patria ofendida nos seus brios, juntou as migalhas de seus filhos para comprar navios e armamento, Rodrigues da Costa lá estava na Grande comissão de subscrição nacional», que se constituiu a 7 de fevereiro de 1890, instalando-se no teatro de D. Maria no dia 24 do mesmo mês e ano.

Era a Grande comissão nacional para a defesa do país presidida pelo Duque de Palmela, sendo presidente da comissão executiva o conde de S. Januario e secretarios Rodrigues da Costa e Eduardo de Abreu. Todos falecidos!

Concluiu a Grande Comissão os seus trabalhos a 26 de janeiro de 1899, realizando a comissão executiva, no salão nobre do Teatro Nacional, cerca de 300 sessões, cujas actas foram publicadas, formando dois grossos tomos, e consultando-os se reconhece a parte activa que desempenhou Rodrigues da Costa nos trabalhos da referida comissão executiva.

Incumbiu esta, em junho de 1896, o coronel Rodrigues da Costa (o qual tinha sido promovido a este posto a 13 de julho de 1893, havendo-o sido ao anterior em 1888) de a representar, em Leorne, na cerimónia do lançamento à agua do cruzador *Adamastor*, que depois fora oferecido ao Estado em nome dos seus subscritores. Lá foi, pois, a Leorne, o coronel Rodrigues da Costa, tomar conta do *Adamastor*, construido nos estaleiros da casa «Frateli Orlando» e liquidar contas com esta casa construtora. Ali fez entrega provisoria do cruzador ao então capitão de mar e guerra Ferreira do Amaral, representante do govêrno e por este nomeado comandante do barco oferecido pela subscrição nacional.

Ultimando a Grande Comissão, os seus trabalhos, como acima ficou dito, em 26 de janeiro de 1899, Rodrigues da Costa mostrou desejos, no acto da dissolução, de ficar possuindo a mesa em que, durante 9 anos, trabalhara a Comissão execu-

tiva, bem como o *sêlo* usado pela mesma. Assim ficou sendo ela a mesa de trabalho de Rodrigues da Costa, nos seus últimos 18 anos de vida, e sobre ela descansou o seu corpo durante as 24 horas que se conservou insepulto!

No período 1890-1899, a que nos acabamos de referir, de funcionamento da Comissão patriótica, desempenhou o ilustre extinto importantes comissões de serviço. Assim: *a)* em 1893 (Ordem do Exercito, n.º 18, da 2.ª série) foi nomeado comandante da Escola Prática de Artilharia em Vendas Novas, onde prestou relevantes serviços nos 3 anos à frente da qual se conservou, isto é, até 1896, em que foi exonerado para ser nomeado (Ordem do Exercito, n.º 1, da 2.ª série), inspector do material de guerra na 1.ª Divisão militar, lugar onde permaneceu até 1901.

b) Por portaria de 29 de novembro de 1893, inserta na Ordem do Exercito, n.º 32, de 2 de dezembro do mesmo ano foi o coronel Rodrigues da Costa nomeado presidente da comissão encarregada de escrever a historia da artilharia em Portugal.

c) Em 1898 fez parte da Comissão executiva para as festas comemorativas do centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India.

O presidente dessa comissão era Ferreira do Amaral, mas no seu impedimento era ella presidida pelo coronel Rodrigues da Costa, vice-presidente da Sociedade de Geografia. A sua passagem por esta prestimosa associação, da qual fora socio fundador, foi tão profícua como das demais esferas, onde deixou sempre o seu nome ligado a um melhoramento ou facto de importancia.

A pedido dos médicos militares escreveu Rodrigues da Costa a biografia do dr. Cunha Belem, seu amigo e companheiro na «Revolução de Setembro» e que em um quadro com o retrato daquele ilustre médico-militar, lhe foi oferecida por aqueles seus colegas no dia dos seus 65 anos (17 de dezembro de 1899). A biografia foi escrita em Oeiras a 11 de outubro do mesmo ano, como consta da data do quadro.

Por portaria de 29 de julho de 1899, publicada na Ordem do Exercito, n.º 11, de 29 do mesmo mês e ano, foi nomeada uma comissão, da qual fez parte Rodrigues da Costa, incumbida de rever a legislação sobre promoções dos officiaes do

exercito. No seio dela, com indiscutível proficiência, se ocupou êle do importante assunto de que a mesma fora encarregada de tratar, discutindo com calor e defendendo com entusiasmo ideas, que parece não serem perfilhadas, pelo menos completamente, por alguns dos seus colegas. Daí resultou, delinear Rodrigues da Costa um estudo, que mais tarde viu a luz da publicidade, constituindo uma série de artigos, a saber :

Sobre promoções («Revista do Exercito e da Armada», Lisboa, t. xvi, 1901, pags. 301-306 ; t. xvii, 1901, pags. 4-10, 61-68, 121-129, 181-193, 241-251, 301-314, t. xviii, 1902, pags. 1-12, 61-75, 147-160, 185-198, 241-259, 301-313 ; t. xix, 1902, pags. 1-14, 61-74, 121-135, 181-201, 241-252).

Estes artigos, tão notaveis eram pela cuidada forma literaria, como pela doutrina e pelo desassombro, que conseguiram chamar sobre si a atenção do nosso meio militar, onde foram lidos com verdadeiro apreço.

Reunidos em volume, como depois foram, constituem um belo repositório de muitos dados sobre promoções não só a respeito do nosso exercito, mas também de muitos outros, tudo esclarecido por uma critica superior. Há, porém, no livro umas paginas primorosas que, sob a rubrica «Palestra explicativa» lhe servem de prefacio. Traça nelas Rodrigues da Costa, alguns episodios da sua curta carreira politica, verdadeiros e preciosos apontamentos para a directoria do partidarismo politico em Portugal. Como as suas generosas intenções tiveram então de ser sacrificadas, não aos interesses da Patria, que por esses faria todos os sacrificios o illustre escritor, mas aos do partido ! Os reveses, porém, não lhe quebrantaram o animo ; e sempre que tinha de falar ao público ou de escrever para êle, dizia com todo o desassombro da sua impoluta consciencia e com toda a energia do seu caracter o que se lhe afigurasse ser a verdade. Testemunho dessa energia, que poucos possuem, temo-lo no seguinte periodo da «Palestra explicativa» :

«No meio dos innumerados applausos, congratulações, louvores e homenagens, que quotidianamente me retenham ao ouvido attento, em exaltação dos nossos adiantamentos, eu sinto,—é triste, mas leal é dizel-o—, a vontade de se repetir aqui a phrase cruel e talvez funebre que ha vinte anos, e com deploravel effeito para mim, disse no parlamento d'este paiz, e a proposito do nosso estado militar : *Não temos nada !*».

Em 1901 (Ordem do Exercito, n.º 26, da 2.ª série, de 31 de dezembro) foi Rodrigues da Costa nomeado inspector do serviço de artilharia na 1.ª Divisão militar, onde se conservou até ser promovido a general de brigada em 21 de outubro de 1903, sendo na mesma data nomeado governador da Praça d'Elvas.

E' digna de registo a sua passagem pelo govêrno dessa praça de guerra, que exerceu durante quási três anos, onde se tornou alvo das mais inequívocas manifestações de estima de quantos lhe eram subordinados ou iguais:

a) Promoveu que a festa que se costumava realizar anualmente em 14 de janeiro, solemnizando a batalha das Linhas d'Elvas, revestisse nos anos de 1914, 1915 e 1916, sobretudo no primeiro destes anos, um brilhantismo desusado;

b) Foi a bem dizer devido aos seus esforços, que o Castelo d'Elvas, notavel a muitos titulos, fora considerado "Monumento nacional";

c) Empregou os seus bons officios, junto de Fuschini e Adolfo Loureiro, secundado pelo erudito escritor elvense A. Tomás Pires, (todos já falecidos), delegado em Elvas da Comissão de Monumentos, para a fortificação actual, verdadeiramente notavel para a época, e o Forte da Graça, uma verdadeira *joia* no genero, serem igualmente considerados "monumentos nacionais";

d) Mereceu-lhe cuidado especial o estudo das primitivas fortificações d'Elvas, as quais formam *três* cercas ou recintos fortificados (sem falar na actual, a mais recente), em muitos pontos desaparecidos, ou quasi sem se notar vestigios, quando muitos supunham serem elas apenas *duas*. Todas estas linhas de fortificações apresentam o aspecto de colares de diferentes extensões indo todos eles (quatro) juntarem-se no ponto mais elevado da cidade, onde se ergue o querido *Castelo* do governador Rodrigues da Costa. Tirou êle muitas notas relativas às antigas *cercas*, lançou ao papel muitas observações que fizera no proprio local, compulsou e comparou muitas cartas antigas da Praça d'Elvas, a principiari pela que vem no raro livro de *Duarte d'Armas*, chegando a conclusões que pena é não terem sido publicadas.

No 1.º de janeiro de 1904 foi agraciado com o grau de grande-official da Ordem de S. Bento de Aviz.

Visitando em 1903 o Rei de Espanha a provincia de Badajoz e outras, recebeu o general Rodrigues da Costa ordem para ir áquella cidade, cumprimentar, em nome do Governo português, S. M. El-rei D. Afonso XIII. Este soberano timbrou em lhe patentear, desde que se avistaram, as maiores provas de consideração, concedendo-lhe a Grã-Cruz do Merito Militar, cujas insignias lhe entregou em mão propria.

No mesmo ano de 1905 foi Rodrigues da Costa incumbido pelo Ministerio da Guerra de dirigir os exercicios de quadros que se realizaram na 4.^a Divisão Militar, e, terminados eles, foi louvado, por portaria de 11 de agosto, pela maneira como se houve no desempenho dessa missão.

Em 31 do mesmo mês e ano foi, pelo comandante da Divisão, «louvado pelo criterio e intelligencia elevada que manifestou no desempenho de averiguações de factos ocorridos em um dos corpos da 4.^a Divisão».

Por Ordem do Exercito n.º 17, 2.^a série, de 2 de junho de 1906, foi o general Rodrigues da Costa nomeado governador do Campo Entrincheirado de Lisboa, lugar de que tomou posse poucos dias depois, e no qual se manteve até ser atinjido em 9 de setembro de 1910 pelo limite de idade, passando então ao quadro de reserva no posto de general de divisão.

No mesmo ano de 1906 foi Rodrigues da Costa nomeado, por portaria de 5 de outubro, presidente da «Comissão que tem de proceder aos estudos a fim de fixar o modelo de peças de tiro raso de grande calibre que de preferencia deverá ser adotado na defesa maritima do porto de Lisboa» e pela Ordem do Exercito n.º 2, da 2.^a série, de 26 de janeiro de 1907 foi louvado por ter a comissão concluido os seus trabalhos.

No desempenho do cargo de governador do Campo Entrincheirado, envidou o general Rodrigues da Costa todos os esforços para bem cumprir a alta missão de que fora investido. E assim o vemos, em 14 de setembro de 1907, louvado pela direcção que deu aos exercicios finais executados no Campo Entrincheirado de Lisboa.

Por portaria de 2 de maio de 1908, (Ordem do Exercito, n.º 12, de 4 do mesmo mês), foi nomeada uma comissão, presidida pelo general Rodrigues da Costa, «para estudar a forma de se comemorar condignamente o centesimo anniversario da

guerra peninsular, cumprindo-lhe elaborar e propôr o programa a executar".

Esta comissão foi dissolvida e louvada em portaria de 19 de agosto do mesmo ano.

Por decreto da mesma data, inserto no *Diario do Governo* n.º 185 de 20 de agosto de 1908 e na Ordem do Exercito n.º 21, 2.ª série de 29 do mesmo mês e ano, foi pelo Governo, nomeada a Comissão encarregada de executar o programa supracitado, sendo Rodrigues da Costa, escolhido para presidir á comissão de oficiais distintos do nosso exercito que preparou, organizou e dirigiu as varias comemorações do centenario da Guerra Peninsular. Dessa sua intervenção ficam documentos officiais importantes, discursos de grande valor literario e outros estudos historicos de relevo.

Dentre os discursos e alocuções que o illustre presidente da Comissão teve de pronunciar em solenidades diversas, mencionaremos os seguintes:

Commemoração da batalha do Vimeiro, em 21 de agosto de 1908 (por ocasião da inauguração do respectivo padrão no Vimeiro);

Lançamento da pedra fundamental do Monumento da Guerra Peninsular em Lisboa e distribuição de novas bandeiras com as legendas de 1813 aos Regimentos n.ºs 9, 11, 21 e 23, em 15 de setembro de 1908;

Inauguração da lapide commemorativa da tomada de Chaves pelo general Silveira, á entrada do antigo forte de S. Francisco, em 25 de março de 1909, em Chaves;

Descerramento da lapide commemorativa da defeza da ponte de Amaranthe, em 4 de julho de 1909;

Lançamento da pedra fundamental do monumento erigido no Porto ao povo e tropas do Norte, que tomaram parte nos movimentos da guerra peninsular em 1808 e 1809, em 5 de julho de 1909;

Alocuções proferidas por ocasião das inaugurações das Exposições Biblio-iconographica (Bibliotheca Nacional) e ilistorica (Museu de artilharia) respectivamente em 19 de janeiro e 16 de fevereiro de 1910;

Commemoração da Batalha do Bussaco—Discurso proferido ao ser descerrada a grande corôa de bronze collocada pela Comissão do Centenario no Monumento do Bussaco, em 27 de setembro de 1910;

Alocução proferida por ocasião do descerramento da lapide commemorativa da defeza de Abrantes, proferida em Abrantes em 7 de março de 1911;

Discurso proferido por ocasião do descerramento da lapide commemorativa da defeza de Campo Maior, collocada nas muralhas do Castello, em Campo Maior, em 1911;

Discurso proferido na sala da Bibliotheca da Academia das Sciencias de Lisboa, por ocasião da sessão solenne para entrega dos premios aos con-

correntes ao certamen litterario commemorativo da guerra peninsular, em 19 de julho de 1914.

Nesta brilhante sessão solene, o general Rodrigues da Costa, depois de em nome do sr. presidente da Republica, ter declarado aberta a sessão, expôz os fins da mesma, apresentando uma extensa exposição do que foi a guerra peninsular e de quais os trabalhos feitos pela comissão do centenario para solenizar essa data. Disse, que se conseguiu fazer manifestações patrioticas em 127 concelhos, tendo a comissão obtido valiosas adesões em todo o país, tornando-se dignas de registo, as manifestações em Portalegre, Porto, etc. Referiu-se ao concurso litterario e às obras classificadas, terminando por solicitar do sr. presidente da Republica que se dignasse conferir os premios que constaram de menções honrosas.

Rodrigues da Costa, era, sem contestação, a alma da comissão do Centenario, dedicando-se a ela com o costumado fervôr e afan. Os trabalhos dessa comissão são enormes.

Um dia, quando completados, se fará a sua historia, das mais benemeritas.

Não podemos, no entanto, para pôr em relêvo a influencia do general no seio da comissão, deixar de transcrever aqui o trecho final do sentido discurso que o nosso colega Teixeira Botelho, proferiu à beira da sepultura do illustre extinto:

«Embora conhecesse Rodrigues da Costa, desde a minha mocidade, posso dizer que só aprendi a conhecê-lo bem, nesta Comissão do Centenario, de que tenho a honra de fazer parte. Ninguem imagina o que era a sua tenacidade, e a sua persistencia inquebrantavel. Rodrigues da Costa, dedicára-se aos trabalhos desta sua última comissão, com o mesmo ardôr com que se dedicára ao das outras de que fez parte, ou talvez ainda mais.

«Foram muitos os trabalhos da comissão; nem é para aqui a relação dêles. Resta-nos, para os concluirmos, esse monumento que toda a Lisboa conhece, no alto do Campo Grande, e que se vai erguendo pedra a pedra, lentamente, com uma morosidade desesperadôra. Ninguem supõe o trabalho que demanda uma obra dessas, as contrariedades que é preciso dominar.

«Pois esse monumento, essa bela obra d'arte, digna de Lisboa e do facto que se comemora, resumia toda a afeição de Rodrigues da Costa. Era, pode-se dizer, a sua paixão. Ha oito dias, encontrei-o pela última vez; falou-me do monumento e depois de referir novas dificuldades, acrescentou com voz repassada de magua: «E para quê tanta canceira, se eu não chego a vê-lo pronto». Era talvez um presentimento, como todos os presentimentos inexplicável, mas que se realizou. Ele aí está morto antes de finda a sua obra. O monumento, porém, há de acabar-se. Prometo-o à sua memoria, em nome dos meus colegas e no meu. Está nisso empenhada a nossa honra e o nosso affecto».

A última fase da vida do illustre general, que fez parte dessa pleiade, de cultores da lingua, que vai rareando cada

vez mais, é deveras interessante, merecendo uma referencia especial.

Apesar da pouca vista que já tinha, dedicou-se Rodrigues da Costa, nestes últimos anos a trabalhos de investigação sobre arte e bibliografia. Assim, é bastante curiosa uma *Nota bibliografica*, que publicou no *Instituto*, (Coimbra, t. LIX, 1912, pag. 667-672), sobre um manuscrito inedito, que possuia na sua livraria, sob a epigrafe: *Lusidis leoninae, sive, de gentis Lusitanorum Leonino cermine decantatis—Libri duodecimo*.

Em julho de 1914, constou em Lisboa, que o nosso ministro em Roma, dr. Eusebio Leão, participára em carta ao Ministro da Guerra de então, general Pereira d'Eça, ter-lhe sido apresentada para comprar, uma chapa de cobre onde se achava gravada a planta militar d'Elvas, no tempo da guerra da Restauração. O dr. Eusebio Leão, fizera imprimir uma prova da gravura, e remetendo-a ao Ministro da Guerra, perguntou se a respectiva chapa tinha valor, porque, em caso afirmativo a ofereceria ao Ministerio da Guerra, ou a qualquer museu, onde ela tivesse adequado cabimento.

O general Eça, depois de haver mandado examinar a gravura, pelo major Santos Ferreira, director da Bibliotéca do Ministerio da Guerra, que sobre ela emitiu o seu parecer, aceitou o oferecimento do dr. Eusebio Leão, e a chapa de cobre, gravada por João Batista, e contendo a *Planta militar das linhas d'Elvas*, em 1658-59, desenhada por Pedro de Santa Colomba, veio para Lisboa.

O Ministro da Guerra, mandou depositar no Museu de Artilharia a chapa gravada (matriz) e a primeira cópia, ou gravura, que de Roma veio.

O aparecimento da chapa de cobre referida, representa, como bem disse, Rodrigues da Costa, em uma nota publicada no *Correio Elvense*, de 18 de janeiro de 1915, «um facto valioso e interessante, tanto sob o ponto de vista histórico, como artistico. Mostra-nos, graficamente e desenhado por uma testemunha ocular, e talvez presente na célebre batalha, o que eram aquelas *Linhas*, e esclarece com pormenores importantes a historia militar do tempo. Artisticamente, a gravura honra o seu autor, cujo nome assina trabalhos d'egual, senão de superior mérito, que se encontram em livros notaveis do seculo XVII».

Rodrigues da Costa, que nunca ouvira falar do gravador João Batista, nem o viu citado por Sousa Viterbo, e outros autores que se ocuparam de gravadores portugueses, procedendo a investigações, reconheceu que João Batista, gravára em 1629, a «portada» da obra *Miscelanea*, hoje rara, de Miguel Leitão d'Andrade; em 1632 a «portada» das *Constituições synodales do Bispado de Portalegre*; em 1650 a «portada» da *Cronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, por Nicolau de Santa Maria; em 1663 o *Brasão d'armas* do Conde de Castelo-Melhor, na *Relação do novo caminho*. etc., do P.^e Manuel Godinho; em 1680 a magnifica «portada» do *Methodo lusitano de desenhar as fortificações*, de Luiz Serrão Pimentel.

Pareceu, portanto, a Rodrigues da Costa, como acentuou na Nota mencionada, que o gravador da *Planta Militar das Linhas d'Elvas*, «era um notavel, senão o mais notavel, artista dos da sua especialidade em Portugal, no seculo xvii, que, como tal, é que talvez foi escolhido para gravar a carta militar aludida, e que João Batista deixou de resto, numerosissimos documentos do seu talento artistico, afirmado por mais de cincoenta anos (pelo menos de 1629 até 1680), documentos que, para gloria da arte portuguesa, muito conviria procurar e reunir».

Procedendo Rodrigues da Costa, posteriormente à publicação da sua Nota, redigida em 12 de novembro de 1914, e publicada, como dissémos, em Elvas, a 18 de janeiro de 1915, a novas e mais uteis pesquisas, conseguiu elaborar uma notavel memoria, que o illustre arquiteto, sr. José Luís Monteiro, vice-presidente do Conselho de Arte Nacional, tem em seu poder, relativa ao aludido gravador do seculo xvii, cuja obra era quasi desconhecida.

Essa memoria, que representa um valioso trabalho de investigação inedita, devia ser presente ao Conselho de Arte Nacional, para ser publicada, como merece, a expensas do Estado ¹.

¹ Em vista do falecimento do autor, o arquiteto sr. Luís Monteiro, deseja, segundo nos consta, consultar os herdeiros, antes de apresentar ao Conselho a proposta para a publicação da memoria.

A memória tem por título:

João Baptista, Gravador portuguez do seculo XVII, 1628-1680 - Contribuição para a Historia da Gravura em Portugal, Lisboa, 1915-1916.

e compreende os seguintes capitulos:

Capitulo I—A origem do presente estudo;

» II—A investigação inicial e os seus resultados;

» III—A investigação no Archivo da Casa da Moeda;

» IV—A investigação nas Bibliothecas Publicas;

» V—O gravador João Baptista e as suas obras conhecidas.

Estes capitulos abrangem 129 paginas de papel almaço, e são todos precedidos de sumarios muito desenvolvidos.

Seguem-se as Notas em 22 paginas, a saber:

I—Relação de gravadores portuguezes, em metal, dos seculos XVI e XVII.

II—Sobre o gravador flamengo Rod Stoop.

III—A gravura na Escola de Belas Artes de Lisboa.

A Nota I, porém, deste interessante estudo, que Rodrigues da Costa acabou de escrever no dia 16 de dezembro de 1916, foi publicada no *Boletim Bibliográfico da Academia das Sciências de Lisboa* (Lisboa, 1.^a série, vol. II fasciculo I), fazendo-se uma tiragem, em separata, de 102 exemplares.

Sempre jornalista, sendo o decano deles, desde a morte de Brito Aranha, presidiu, o general Rodrigues da Costa, a duas sessões solenes da Associação dos Trabalhadores da Imprensa, comemorando, respectivamente, os seus 11.^o e 12.^o anniversarios da fundação. Na primeira, em 25 de julho de 1915, foi inaugurado o retrato de Brito Aranha; na segunda, em 23 de julho de 1916, o de Antonio Rodrigues Sampaio.

Nestas duas sessões pronunciou o saudoso decano dos jornalistas, primorosos discursos, especialmente na segunda delas. Compreende-se que sendo êle o unico sobrevivente dos redactores da «Revolução de Setembro» e amigo intimo de Sampaio não se podia furtar a prestar a sua homenagem ao mestre querido, acerca do qual, em frase pitoresca e colorida, contou curiosos factos que marcam a personalidade moral daquêle homem eminente, a qual é um exemplo de integridade, honradez e isenção.

O último trabalho jornalístico de Rodrigues da Costa, foi, segundo parece, uma outra biografia do Dr. Cunha Belem, publicada em *O Liberal* de 14 de março do corrente ano, comemorando o 12.º ano do seu enterramento.

* * *

Acham-se bem quentes ainda os restos mortais daquele que tanto honrou as Letras e tão nobremente serviu a Patria, para, sob o pêso da dôr recente, se poderem estudar, em biografia, os aspectos que nos apresentou num conjunto inimitavel. Falta-nos demais tempo para trabalho de tanto fôlego, serenidade de ânimo para avaliar friamente no Tribunal da Historia a grande obra que deixou, e principalmente envergadura para o fazer.


Por isso, em nome da Direcção da *Revista Militar*, que deplora o desaparecimento do seu consocio illustre, nos limitamos a exarar aqui estas singelas notas biográficas daquêle que se chamou João Carlos Rodrigues da Costa, e cuja memoria viverá sempre, como muito bem disse o dr. Almeida Lima.

Sim, o general Almeida Lima, que no cemiterio falou em nome da Sociedade de Geografia de Lisboa, pronunciou umas frases, que em nós causaram funda impressão, as quais tentaremos reproduzir, o mais fielmente possivel:

«Entre êle e nós, meus senhores, não sei quem seja mais para lamentar, porque Rodrigues da Costa não morreu.

A vida do homem, considerada na sua acepção mais ampla não se resumê à vida fisiologica que cabe a qualquer animal ou planta; aquêle viver é também feito de pensamentos e sentimentos que criam em volta do homem um como que ambiente mental e sentimental, uma atmosfera pratica que faz parte de uma vida. Por isso digo que a morte fisiologica é para todos uma morte parcial, e para um homem da envergadura moral e intelectual de Rodrigues da Costa, ela é apenas o cessar de uma fracção minima do seu viver; e enquanto existirem corações e mentes para sentir e pensar, Rodrigues da Costa viverá».

Lisboa, 22 de Maio.



Uma conferencia sobre submarinos e submersiveis feita na Escola de Guerra em 1916

(Continuado de pag. 381)

Por baixo da torre do comando, encontra-se a camara de manobra, espaço fechado por portas estanques e dentro do casco resistente, onde se encontram todos os aparelhos do comando e indicadores indispensaveis á manobra do submersivel (Fig. 24).

Temos, em primeiro logar, as rodas dos lemes, uma que comanda o leme de direcção situada á amurada do navio, sem nada de especial. O leme em direcção tem em geral duas portes, montadas na mesma madre, uma por baixo do casco, outra por cima; isto com o fim de aumentar a superficie quando o navio submerso e visto que aumenta a resistencia. A roda dos lemes de profundidade, tambem á amurada, comanda tambem os dois lemes, conjugados e tem na sua frente um grande manometro, graduado em metros de profundidade, e um pendulo que indica a inclinação do navio num mostrador graduado. A busola é suspensa no teto, ou colocada na torre, mostra pela reflexão em espelhos, a pròa do navio. Ainda na amurada, se encontra o quadro de distribuição d'ar comprimido, com uma serie de manometros, um para cada grupo de acumuladores, e uma serie de torneiras que permite enviar o ar aos diferentes tanques, não só para os despejar, quando se queira que o submersivel volte á linha d'agua de navegar á superficie; mas tambem para o movimento de agua nos tanques de estabilidade.

Existem tambem os aparelhos que indicam a carga dos acumuladores, bomba electrica para o movimento d'agua; as valvulas da entrada d'agua para modificar a reserva da flutuação com os seus contadores de pressão, para medir a agua entrada. Ainda neste compartimento se encontram as alavan-

cas para largar o lastro destacavel, para soltar a boia que indique a posição do navio, e aquela que traz á superficie a linha destinada a passar o cabo para o suspender, em caso de

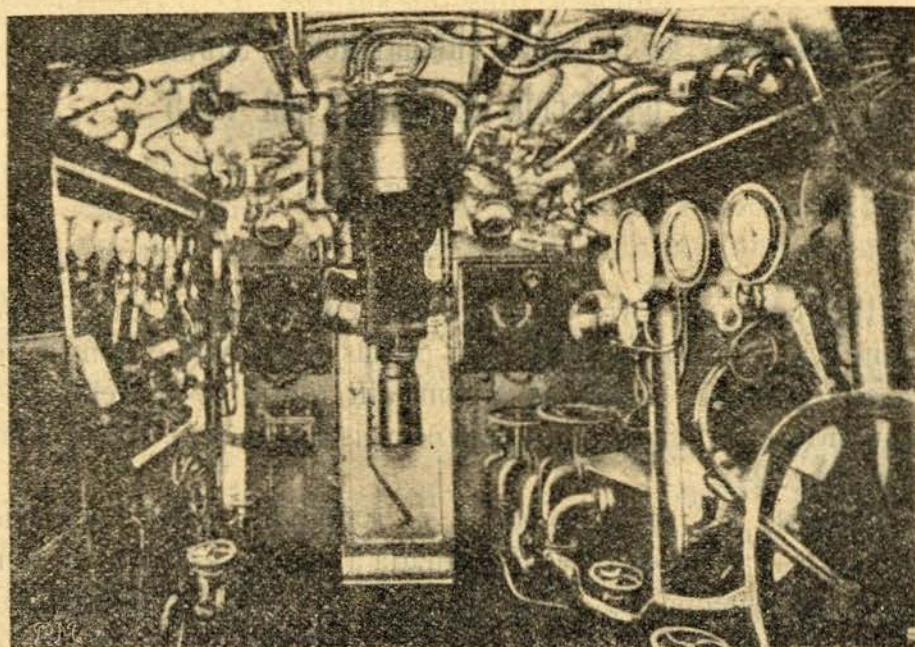


Fig. 24

sinistro. Finalmente e a meio do navio as oculares dos dois *periscopios* ou *cleptoscopios*, órgãos de visão quando o navio submerso.

O periscopio é um oculo de 5 a 6 metros de altura de tubo telescópico, isto é, podendo descer e subir, reforçado por um forte tubo e com resistentes apoios para o manter sem deformação, no seu movimento, e resistir ás vibrações tanto mais sensíveis quanto maior é a sua altura.

O pchéma deste oculo é representado na (Fig. 25) e é facil de compreensão, não é outra cousa senão a luneta panoramica hoje adotada nas alças de artilharia de campanha. *A* é o grupo otico superior, que compreende um sistema de lentes a objectiva, e um prisma de reflexão total que reflete no plano horizontal a imagem formada no piano vertical; *B* é o grupo otico céntral constituído por dois grupos de lentes de forte diametro, que torna dírecta a imagem invertida pela objectiva; *C* o grupo otico inferior constituído por outro prisma, com a função inversa do prisma superior. A (Fig. 26) dá ideia do

aparelho completo. O periscopio tem movimento de rotação de modo que se possa correr com a vista todo o horizonte, na parte inferior uma graduação com a origem no eixo do navio permite marcar o objecto visado, de modo a dirigir a navegação á vontade de quem comanda; ainda o aparelho pode funcionar com uma camara clara e reproduzir a imagem sobre um vidro despolido. Não é possível entrar em detalhes do instrumento, que é perfeitissimo e que satisfaz por completo ás exigencias do serviço; mas como todos os aparelhos opticos, a pratica do seu serviço é indispensavel para se vêr com facilidade e perfeição.

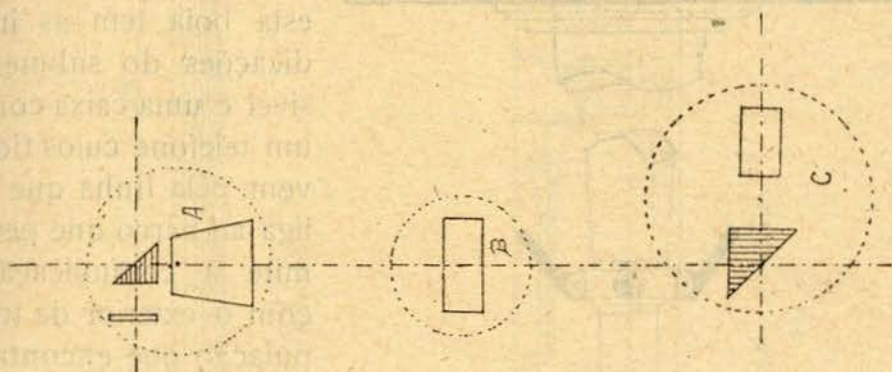


Fig. 25

Os maiores submersiveis tem 3 periscopios, que apesar de diferentes construtores, mais ou menos perfeitos, mais ou menos completos, não saem da generalidade que deixámos descrever.

Já dissémos que os submersiveis modernos são dotados de todas as seguranças possíveis para garantir a salvação do navio e do pessoal no caso dum sinistro. Já nos referimos ao lastro deslocavel, quilha de chumbo de algumas toneladas de peso e que se pode abandonar para aumentar a reserva da flutuação, já referimos tambem ás numerosas e potentes bombas para substituir o ar comprimido quando este se esgote, ou esvasiem os acumuladôres por qualquer rutura, e para esgotarem qualquer compartimento estanque que seja invadido pela agua. Além disto, varias garrafas d'oxigenio para tornar por mais tempo o ar respiravel, são dispostas ao longo do navio. Ha ainda na parte superior do casco a vante e a ré, fortes olhais por onde se faz passar uma linha ligada a boias, que do submersivel se largam quando ele não possa voltar á

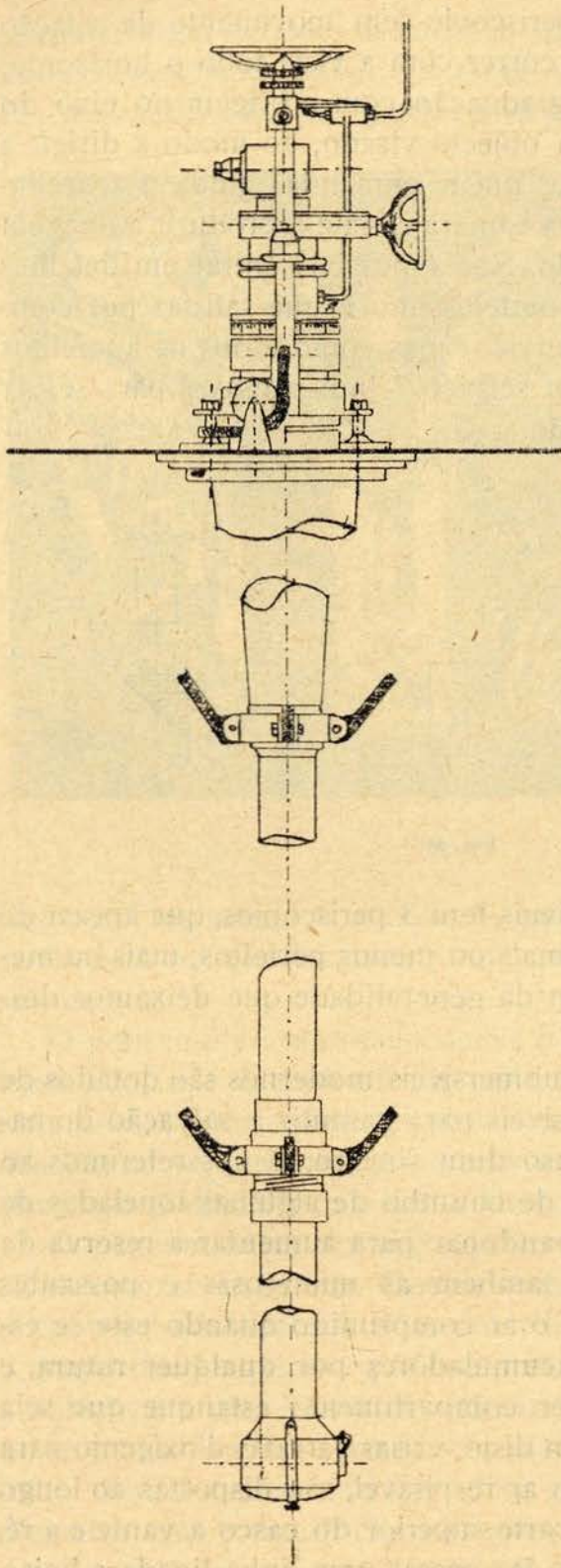


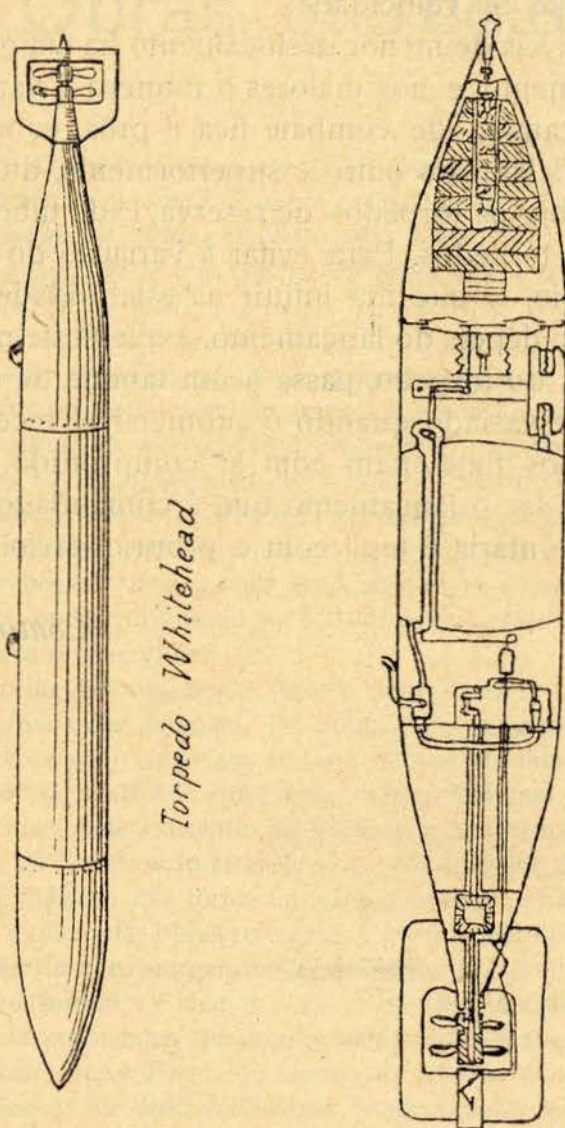
Fig. 26

superfície, e que servem para o navio de socorro passar os viradores pelos olhais, pelos quais tem de suspender o barco. Ainda outra boia serve para marcar a posição do submersível, que avariado não pode voltar á superfície, esta boia tem as indicações do submersível e uma caixa com um telefone cujos fios vem pela linha que a liga ao barco que permite a comunicação com o exterior da tripulação que encontra em circunstancias difíceis.

Ha tambem nos submersiveis duas ancoras, uma para quando o navio submerso, sai pelo fundo, outra sobre o costado e que não difere das vulgares.

Póde o submersível comunicar com os outros navios por todos os meios adoptados de sinais, na marinha; sinais opticos para a superfície e telegrafia sem fios, pois nestas condições monta uma antena, que

precisa desmontar para imergir, submerso, serve-se de sinais acusticos, tendo no exterior do costado o sino para os fazer, e um microfóne que lhe permite distinguir os que lhe trans-



Torpedo Whitehead

Schema da seção
Fig. 27

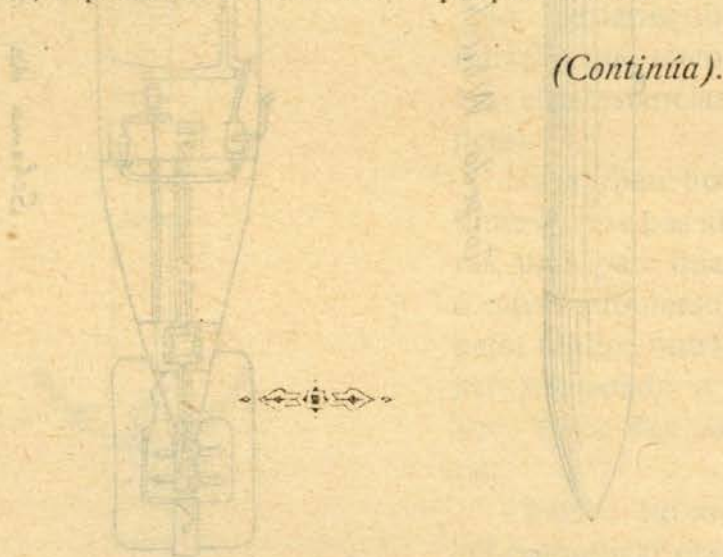
mitem, como ainda para assinalar a presença dalgum navio pelo barulho que faça a helice.

O armamento principal dos submersiveis são os torpedos automoveis. O torpedo mais geralmente adotado é o Whitehead, Fig. 27. Não repetiremos aqui o que já dissemos sobre os progressos desta arma; o ultimo modelo, em experiencias antes da guerra, era de 53^{cm} ou 21^{''} de diametro, 150 quil. de

carga explosiva, um alcance de 6.000^m percorrido com a velocidade de 30 milhas.

Em geral, hoje quasi todos os submersiveis armam com torpedos de 45^{cm} ou 18", 100 quil. de carga, um alcance de 4.000^m a 30 milhas de velocidade.

Nos submersiveis de menor deslocamento ha em geral dois tubos de lançamento e nos maiores o numero é variavel até 8; naqueles a camara de combate fica é prôa, os tubos são paralelos, um ao lado do outro e superiormente, duas caixas tubulares que aloja os torpedos de reserva, cada tubo é municiado com dois torpedos. Para evitar a variação do pezo no extremo do navio, o que iria influir na estabilidade, a agua que enche o tubo depois do lançamento, e que neste momento substitue o pezo do torpedo, passa a um tanque de compensação que só é esvasiado quando o submersivel recebe novo torpedo. Os tubos funcionam com ar comprimido, isto é, é esta energia que faz o lançamento que é comandado da casa de manobra; a pontaria é feita com o proprio navio.



(Continúa).

Obras oferecidas

- 1 *Escola de Guerra—Suplemento II ao Catalogo Systematico da Biblioteca, contendo as obras entradas, desde 1 de Julho de 1905 ate 30 de Junho de 1916*, por FRANCISCO AUGUSTO DE MAGALHÃES, major do quadro de reserva, official da biblioteca. 1 vol. (0^m25×0^m16) de 396 pag. Lisboa, 1917.

Poucos estabelecimentos de instrução nacionais se pódem lisongear de possuir uma biblioteca tão importante como a da Escola de Guerra, e ainda menos de a terem tão devidamente arrumada e catalogada, o que é devido ao infatigavel zêlo do sr. major Francisco Augusto de Magalhães. Official que teria pelos seus meritos uma distinta carreira nas fileiras do exercito, mas que uma grave doença obrigou a afastar-se delas, dedicou posteriormente toda a sua actividade ao serviço da Escola do Exercito, onde tem gosado da consideração e estima de todos os chefes com quem tem servido.

Não lhe fizeram senão justiça, porque não abundam os servidores do Estado da sua tempera. De compleição delicada, as suas obras não estão em relação com esta, porque não só são numerosas e uteis, mas bem urdidas, avultando entre elas: os tres volumes do *Catalogo Systematico* das obras existentes na Biblioteca, ordenado em harmonia com as bases de classificação estabelecidas pelo conselho de instrução; o *Catalogo alfabetico*, que fórma um grosso volume; o *Catalogo dos manuscritos*, e outro das obras referentes á guerra peninsular.

Além do que, reorganizou e remodelou por modo claro e metódico toda a escrituração, e deu ás obras existentes uma disposição e arrumação mais convenientes, que muito facilitam a sua consulta.

E' certo que a Escola de Guerra não possui uma biblioteca com as dimensões da do *British Museum*, onde anualmente são incorporadas cerca de 5.000 volumes, e cujo catalogo conta uns dois mil tomos, mas não se pôde negar que, em relação ao nosso país, a sua valia seja importantes, porque se compõe de mais de 17.000 obras e de 65.000 volumes, sobre os quais vela sempre desveladamente o official a quem temos alludido.

O volume, que agora anunciamos, é o quarto do *Catalogo Systematico*, compreendendo as obras-entradas desde 1 de Julho de 1905 a 30 de Junho de 1916. Desde esta ultima data, já a Biblioteca tem sido enriquecida com outras numerosas e importantes obras, todas devidamente registadas e catalogadas, de modo a poderem ser facilmente consultadas

pelos estudiosos, que desejem conhecer determinação assunto, embora não saibam quais os autores que os trataram.

Aos meritos expostos deve ainda fazer-se menção da gentileza e boa vontade com que o sr. major Magalhães se presta sempre a auxiliar aqueles que procuram na Biblioteca quaisquer elementos de estudo para complemento de trabalhos em elaboração. Por isso lhe cabe bem o conceito inglês: *The right man in the right place.*

- 2 *Academia das Sciencias de Lisboa—Descrição da fortaleza de Mazagão (1612-1619)*, por D. JORGE DE MASCARENHAS—1 opusc. (0^m,23×0^m,14) de 29 pag.—Coimbra, 1916.

Este trabalho, inicialmente devido a D. Jorge de Mascarenhas, Conde de Castelo Novo, depois Marquês de Montalvão, e que foi governador de Mazagão, na época acuzada no respectivo título, foi agora cuidadosamente trasladado pelo nosso inteligente e estudioso camarada, sr. Belizário Pimenta, que espurgou de inumeráveis erros, omissões de palavras e trocas de frases o codice n.º 620, da Biblioteca da Universidade de Coimbra, que contém a respectiva cópia. Mas, não foram esses os únicos melhoramentos efectuados, porquanto a forma defeituosa como o volume foi em tempo encadernado mais acresce a dificuldade da sua leitura, tendo alterada a ordem dos cadernos, e transtornando-se a numeração das folhas, encobrendo-se parte do texto, etc. Tudo venceu a tenacidade e provada aptidão do restaurador desse valioso trabalho, a quem a Academia das Sciencias de Lisboa deu testemunho da sua consideração, mandando inserir no Boletim da Segunda Classe a *Descrição da fortaleza de Mazagão*, expurgada de erros e faltas e, por assim dizer, inteiramente rejuvenescida.

Não podia o sr. Belizário Pimenta vêr coroados os seus esforços mais condignamente, e por isso o felicitamos, com tanta mais sinceridade quanto que sempre reconhecemos a valia do seu labôr, o merito dos seus trabalhos e clareza da sua intelligencia.

- 3 EDUARDO PICALUGA—**Sinopse da Legislação Militar da Metropole e das Colonias**, em vigor em 31 de dezembro de 1916—Edição de 1917—1 vol. (0^m,23×0^m,14) de 229 pag.—Lisboa, 1917.

Com viva satisfação acabamos de receber este novo trabalho do nosso camarada. sr. Eduardo Picaluga, que representa notavel aperfeiçoamento sobre as edições anteriores, por isso que contém, em anexos, não só a Sinopse da legislação militar das colonias—mas ainda as—Disposições relativas ao Estado de guerra. Temos visto crescer e medrar incessantemente este importante trabalho, que constitui auxiliar precioso para quantos necessitam compulsar a legislação militar, ou seja para a melhor execução dos serviços ou para estudos de qualquer ordem.

Justo é ainda reconhecer, que o sr. Picaluga capricha em corresponder ao favor da opinião, retificando quaisquer erros involuntários, preenchendo as omissões, ou aclarando os pontos obscuros das edições ante-

riores, que lhes sejam apontados, de modo a rejuvenescer sempre a dita *Sinopse* e a torná-la impriscindível para quantos dedicam à vida das armas cuidadosa atenção. Sem esse guia, seria quasi impossível seguir derrota certa no mar cada dia mais tenebroso da nossa legislação militar, no qual a cada passo correm risco de perecer os que nêle navegam. Assim, a *Sinopse* constitui como que uma boia de salvação para os já descrentes de conhecer a ultima palavra legislativa sobre qualquer assunto militar.

- 4 *Compilação* de A. J. TEIXEIRA—**Serviço de patrulhas na infantaria**—1 opusc. (0^m,17×0^m,11) de 84 pag.—Bragança, 1916.

Comandante duma companhia de instrução, e sempre zeloso em bem desempenhar as funções do cargo, o sr. Teixeira, verificando que o Regulamento de Campanha era insufficiente para os graduados, que são incumbidos do comando de pequenas fracções, bem se orientarem no desempenho dos seus deveres, propoz-se preencher a lacuna acuzada com a elaboração do trabalho, que agora viu a luz da publicidade, e que tem, sobretudo, o merito de pôr bem em relêvo a dedicação que ao compilador merecem os serviços de instrução, e como êle procura desempenhar-se devida e conscienciosamente das funções do comando.

Estes livrinhos são sempre uteis e dignos de comemoração especial. São como marcos miliarios, demonstrativos de que ainda não morreu inteiramente a fé dos profissionais na Arte Militar, e de que existem entre êles quem lhe dedique cultô devotado.

- 5 *Ministerio da Instrução Publica. Repartição de Instrução Universitaria*—**Relatorio sôbre o serviço da hora legal durante o ano de 1916**—1 opusc. (0^m,23×0^m,14) de 16 pag.—Lisboa, 1917.

É devido à reconhecida proficiencia do nosso presado camarada e confrade, o sr. capitão de fragata Augusto Ramos da Costa, o relatorio cuja publicação anunciamos, o qual contém materia, que a todas as classes sociais convém conhecer. Nêle se compilam todas as ocorrencias dignas de menção, succedidas no Serviço da Hora Legal (Sinais horarios luminosos e Relogio), durante o ano findo, e bem assim, as providencias tomadas para tornar mais preciso ainda o bom funcionamento deste importante melhoramento público.

Quem conhece o autor deste relatorio e sabe a competencia e zêlo com êle se desempenha sempre dos trabalhos a seu cargo, não se surpreenderá ao reconhecer, que a recente publicação é um novo testemunho dos meritos que o distinguem, pelo que cordealmente o felicitamos.

- 6 **Compendio Vniuersal** de todos os viso-reys, governadores, capitães geraes, capitães môres, capitães de naos, galleões, vrcas e carauellas, que partirão de Lisboa para a India oriental e tornarão da India para Portugal, com os nomes de todos, dias, mezes e horas em que partirão deste reyno, ordenado e feito pelo Padre Manoel Xauier da Companhia de Iesvs (Ms. do seculo XVII, pertencente à Biblioteca do Visconde de Fa-
29
1917

ria, consul de Portugal em Lausanne.—Nova Goa, 1917. 1 opus. de 91 pag., (0^m.25×0^m,165).

A divulgação deste curioso e importante trabalho é devida ao sr. J. A. Ismael Gracias, de Pangim, o qual, sabedor pelo secretario do Consulado português, em Lausanne, sr. Roque Salvador da Silva, de que na valiosa Biblioteca do sr. Visconde de Faria, nosso consul na mesma cidade, existia um manuscrito relativo à historia da Índia, solicitou e obteve-lhe fosse dada uma cópia, afim de a publicar.

Mas não se contentou o sr. Ismael Gracias em reproduzir aquêlê interessante manuscrito, porque tratou com desvelado interessê de certificar a sua autoria. E porque não encontrasse, nem no *Dicionario Bibliografico português*, de Inocencio Francisco da Silva, nem na *Biblioteca Lusitana*, de Barboza Machado, os subsidios que desejava, não desanimou na faina, solicitando de Çalcutá, ao padre H. Hosten, do Colegio de S. Francisco, para que lhos obtivesse na *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, ali existente, o que prontamente conseguiu, vindo assim a saber-se, tambem, que o manuscrito pertencêra em tempo à Biblioteca do Marquês de Louriçal.

Como muito bem afirma o sr. Ismael Gracias, o trabalho em questão é apreciavel pelo metodo, clareza e precisão com que foi redigido, e a sua divulgação pela imprensa é incontestavelmente uma obra patriótica, porque muito interessa à historia do imperio luso-indiano.

Aos estudiosos, que não são raros na nossa Índia, deve essa historia subsidios valiosissimos, a que agora vem acrescer aquêlê de que antecedentemente damos hoje noticia. Bem merece, portanto, o sr. Ismael Gracias, o aplauso de todos aqueles, que nas recordações das glorias patrias encontram o melhor deleite para o espirito.

M. S.

7 Catálogo da Exposição biblio-iconográfica comemorativa da guerra peninsular.—Um vol. in-4.^o grande, Tipografia Universal, Lisboa, 1916. Preço 1\$50.

Entre os números do programa com que a comissão official do centenário da guerra da Peninsula comemora aquêlê quadra da nossa historia, figura, como se sabe, uma exposição de livros, folhetos, manuscritos, mapas, gravuras, litografias, aguarelas, medalhas, quadros, pinturas a óleo, etc., tudo relativo ás lutas peninsulares, que efectivamente foi levada a efeito em algumas salas da Bibliothéca Nacional de Lisboa, em 1910.

Do êxito desse certamen lembram-se decerto os milhares de pessoas que o visitaram nos três meses de janeiro a março do aludido ano, durante os quais a exposição esteve franqueada ao público.

Poucos imaginam, decerto, o trabalho que demanda uma empresa desta ordem.

Que o diga um dos seus organizadores, o sr. dr. Xavier da Cunha, ao tempo director da Bibliothéca, porque o outro, o infatigável lutador que foi o coronel Alfredo Taveira, está infelizmente morto.

O *Catalogo* que a comissão ha pouco publicou, é um grosso volume in-4.º, de 540 paginas, primorosamente impresso, e precedido pelo retrato do coronel Taveira de Magalhães, a cuja memoria a comissão o consagra.

Abre o volume, uma introdução, devida á pena primorosa do general Rodrigues da Costa, cuja perda inesperada os seus colegas neste momento deploram. Nessas sentidas páginas, o benemérito presidente da comissão do centenário explica os intuitos da publicação e presta a devida justiça ao insano trabalho do dr. Xavier da Cunha e de Taveira de Magalhães, aproveitando o ensejo para narrar o trabalhoso empreendimento que foi a exposição, o modo como se venceram as dificuldades e a labuta não menos fatigante que referente a organização do catálogo.

Seguidamente à introdução encontra-se uma relação dos expositores, entre os quais figuram muitas bibliotecas estrangeiras, alemãs, austriacas, francesas, norte-americanas; muitos arquivos e bibliotecas nacionais, e avultado número de particulares, que não hesitaram em prestar o seu concurso para o exito da exposição.

O *Catálogo* propriamente dito está por nomes de autores, sempre que as obras o têm, e em ordem alfabética.

Com cada espécie mencionada, ou pelo menos com grande número de espécies, vem a indicação muito sumária do assunto de que trata e a bibliotéca a que pertence ou o nome do seu possuidor.

São 3:505 as espécies incluídas no catalogo, ás quais se devem acrescentar mais 1:130, englobadas num apendice, que comprehende obras que não figuraram na exposição, mas cuja relação foi encontrada entre os papeis de Taveira de Magalhães, provavelmente para uma bibliografia geral da guerra da Peninsula.

Por aqui se vê o valioso auxilio que a comissão prestou, com esta publicação, aos que estudam as lutas peninsulares e o seu tempo, pois rara será a obra nacional que ali se não encontre incluída.

Por último, diremos que o *Catalogo* deve, em grande parte, a sua publicação ao general Rodrigues da Costa, pois foi devido á sua grande tenacidade e dedicação pela causa do centenário que se coligiram e ordenaram os papeis dispersos, encontrados no espólio de Taveira de Magalhães, mas justo tambem é lembrar os nomes de dois dos seus colaboradores, o sr. major Santos Ferreira, vogal da comissão do centenário, e o tenente Antonio Batalha, adjunto da secretaria da mesma comissão.

T. B.

CRÓNICA MILITAR

Alemanha

Um hospital de cavalos. — Embora o caminho de ferro e os transportes automoveis preenham muitas das necessidades de um exército, fazem falta muitos milhares de cavalos para cada corpo de exército, e o total dos precisos nos exércitos beligerantes passa de milhões.

Os hospitais de veterinária, foram instalados pela primeira vez, na presente guerra. A missão do veterinario na frente de combate, consiste em fazer parar as hemorragias que produzem as feridas; diagnosticar a enfermidade e adotar as medidas para trasladar os animais atacados e cuidar os cavalos feridos e doentes.

Um dos hospitais de veterinária foi instalado em Insterburg, na Prussia oriental, em fins de novembro de 1914, onde teve que desinfectar os quartéis por terem permanecido neles os desertores e os russos.

O hospital compunha-se das cinco divisões seguintes :

1.º Cavalariças para 60 cavalos, onde os doentes aguardem a sua remoção para outras cavalariças.

2.º Cavalariças para 80 cavalos para os casos de infecção dos pulmões, usando-se aquelas agora, para operações cirurgicas, porque não existem casos de enfermidades pulmonares.

3.º Hangars constantes de vários compartimentos para cavalos atacados, ou com sintomas de mórmo ou sarna.

4.º Três cavalariças, com capacidade para 100, 40 e 80 cavalos, respectivamente, para casos cirurgicos.

5.º Cavalariças para cavalos de officiais, eguas e potros, e cavalos curados à espera de alta.

Existe além disso um terreno para exercicios do gado.

O estado maior do pessoal affecto ao hospital compõe-se do chefe de veterinários, três professores, dois ajudantes de veterinária, cada um dos quais tem por auxiliares dois individuos instruidos no serviço sanitario e um ferrador.

Cada veterinário tem a seu cargo 100 cavalos doentes, pelo menos.

O tratamento geral e as operações são inspeccionadas pelo chefe de veterinários.

Os cavalos atacados de mórmo são imediatamente abatidos; os suspeitos são isolados e submetidos a novo reconhecimento. Os incuraveis são sacrificados.

Cada doente tem o seu registo em uma pequena prateleira junto à mangadoira.

A pata, casco e as extremidades são objecto de cuidados especiais. Atende-se muito à limpeza, ventilação e desinfecção.

A todo o gado é passada revista, pelo menos uma vez por semana, pelo chefe de veterinária.

Os cavalos prontos para serem entregues, são especialmente alimentados e treinados para trabalhos violentos.

Com vigilancia constante e frequentes experiencias de *maleina* tem-se conseguido eliminar o mórmo, embora tivessem de ser sacrificados 103 cavalos por padecerem de tal doença.

Foram alojados neste hospital 1.995 cavalos desde novembro de 1914 até maio de 1915, dos quais foram curados 973; abateram-se 103 e foram vendidos 128 para o matadouro e ficaram no hospital 554.

França

Despesas da guerra.— Segundo refere *Le Journal*, ao terminar o segundo semestre do ano 1916, a despesa média do Estado francês manteve-se entre 88 e 90 milhões de francos diários, ou sejam uns 2.700 milhões de francos por mês, que somam 32.000 milhões no ano. O Governo havia solicitado um crédito de 14.500 milhões para as despesas do primeiro semestre. Para as dos últimos seis meses pediu 17.814 milhões, dos quais 8.681 milhões correspondem ao terceiro trimestre e 9.133 aos meses de outubro, novembro e dezembro.

A totalidade dos créditos solicitados pelo então Ministro da Fazenda, sr. Ribot e votados pelo Parlamento desde o principio da guerra até fins do ano 1916, é a seguinte :

Cinco últimos meses de 1914	6.589 milhões de francos			
Ano de 1915.....	22.705	»	»	»
Ano de 1916.....	32.351	»	»	»
		—		
Total.....	61.645	»	»	»

O termo médio mensal das despesas nos cinco primeiros meses de guerra foi de 1.340 milhões. Aumentou no ano de 1915 até 1.892 milhões e chegou em 1916 a 2.700 milhões.

Na totalidade de 62.000 milhões, applicaveis às despesas gerais desde o começo da guerra, representam as despesas militares propriamente ditas 45.000 milhões, o serviço da dívida pública flutuante e consolidada 4.965; as despesas de solidariedade social, 6.458, e o resto de todas as demais despesas de character civil, 5.000 milhões.

Os capitulos correspondentes ao fabrico de material de guerra accusam no ano de 1916 uma importante progressão sôbre o ano de 1915. As somas applicadas exclusivamente à artilharia aumentaram de 5.000 milhões e em 660 milhões as empregadas em aeronautica.

Cães de guerra.— Conta a França, na frente occidental, cêrca de 600 cães muito bem adestrados.

Utilizam-se em buscar feridos—conseguindo salvar muitas vidas—e em puxar metralhadoras, no que tem dado excelente resultado.

Tambem são empregados no serviço de comunicações, para o que recebem uma educação especial. Começa-se por se lhes ensinar a percorrer, em ida e volta, um pequeno trajecto de 20 metros, aumentando depois, pouco a pouco, esta distancia, até à de alguns quilometros.

Abrem-se fossos no terreno da instrução e habitam-se os cães a correr pelo fundo deles, até às primeiras linhas e até um ponto onde se coloca bem visível um disco a 300 metros de distancia; quando o cão conhece a direcção, tira-se o disco e faz-se percorrer distancias mais consideraveis no sentido desejado.

O periodo de instrução dura uns 20 dias.

As ordens e participações prendem-se à cauda do animal.

Tambem se utilizam os cães nas trincheiras, no transporte de munições e de provisões de boca, atrelados para isso a um carro.

Nos postos avançados, acompanhando as sentinelas, prestam excelentes serviços, pois nada escapa à sua vigilancia, o que muitas vezes tem permitido repelir ataques inimigos.

Russia

Organização superior.—Todo o territorio está dividido em 13 distritos; cada distrito tem um comandante tendo sob as suas ordens as forças mobilizadas do distrito em tempo de guerra.

Há 37 corpos de exército, com 59 divisões em tempo de paz. As divisões de cavalaria estão geralmente anexas a corpos de exército durante o tempo de paz.

Cada divisão de cavalaria compõe-se em geral de 24 esquadrões com 2 baterias montadas.

A organização dos corpos de exército variam em tempo de paz, mas constam geralmente de duas divisões.

O efectivo dos corpos de exército em pé de guerra é no total por arma: infantaria, 29.000 espingardas; cavalaria 1.810; artilharia 112 canhões, com uma variação adicional de certo número de canhões de grosso calibre.

Infantaria—As formações típicas são as seguintes: 4 companhias por batalhão; 4 batalhões por regimento; 2 regimentos por brigada e 2 brigadas por divisão.

Tambem há regimentos com 2 ou 3 batalhões e batalhões com 5 ou mais companhias.

Estão organizadas 150 brigadas com 343 regimentos em serviço activo. O número total de batalhões em serviço activo é de 1.258.

De tropas de fortaleza há 44 batalhões de infantaria. O batalhão de infantaria conta, em tempo de paz, mais ou menos com um efectivo de 500 entre officiais e soldados.

Em tempo de paz o total das forças de infantaria em serviço activo e das tropas de fortaleza é como segue:

Exército activo	793.000	oficiais e praças
Tropas de fortaleza	22.000	» « »
	<hr/>	
Total	815.000	» » »

Em pé de guerra o batalhão tem provavelmente 872 espingardas com um total de 1 000 oficiais e praças.

Artilharia—A artilharia está dividida em artilharia do exército activo e a das tropas de fortaleza, como também outras categorias não consideradas aqui.

As baterias das tropas de fortaleza estão além disso divididas em baterias escolhidas, baterias de sitio (incluindo artilharia pesada de campanha) e baterias de guarnição. Destas classes, algumas servem como artilharia de costa. Consideremos separadamente cada uma destas diferentes classes.

Artilharia de campanha—A organização da artilharia russa é peculiar. Estas baterias contam em tempo de paz 4 a 8 canhões. Como a bateria é formada de maneira que se pode dividir em duas partes independentes (metade de baterias), pode-se dizer que a bateria russa em tempo de guerra é na realidade um grupo.

Duas outras baterias constituem um regimento, e dois ou três regimentos uma brigada, comandada por um general.

Regra geral, há 6 baterias (48 peças), em uma das divisões do corpo de exército e 8 baterias (64 peças) na outra divisão.

As baterias de artilharia montada tem 6 peças. Há 61 brigadas de artilharia no exército activo com 199 grupos.

O número total de baterias no exército activo é de 549.

Nas tropas de fortaleza há um total de 554 grupos de baterias.

Em tempo de paz conta a bateria 5 oficiais e 164 soldados.

O efectivo total em tempo de paz, da artilharia de campanha, é o seguinte :

	Oficiais e praças
Exercito activo.....	192:942
Tropas de fortalezas.....	850
Total	193:792

O pé de guerra de baterias, é pelo menos de 6 oficiais e 201 soldados, provavelmente maior.

Artilharia pesada de campanha.—Ha 58 baterias, sendo todas consideradas como uma parte das tropas de fortaleza. O pé de paz é de 3 oficiais e 119 soldados, dando um total de 7:076 oficiais e praças.

O pé de guerra destas baterias é provavelmente de 3 oficiais e 238 soldados.

Artilharia de fortaleza.—Ha 264 companhias de artilharia de fortaleza. Destas, 116 servem como fortalezas situadas sobre as costas do mar, supondo-se que todas elas servem como artilharia de costa.

O pé de paz destas organizações varia. A proporção é provavelmente 3 oficiais e 119 soldados por cada companhia. Assim, temos :

	Oficiais e praças
Artilharia de fortaleza.....	18:056
Idem de costa	14:152

O efectivo dado para a artilharia de costa é o maximo.

O pé de guerra de organizações de fortalezas e artilharia de costa, não é conhecido definitivamente, mas provavelmente varia entre 3 officiaes e 238 soldados por bateria.

Cavalaria.—A organização da cavalaria varia muito. Cada regimento compõe-se de 2 a 6 esquadrones, sendo 6 o numero mais frequente.

Ha 23 divisões de cavalaria organizadas em tempo de paz.

Ha 745 esquadrones e meio no exercito activo.

O efectivo dos esquadrones varia muito. A proporção maxima é provavelmente 5 officiaes e 150 soldados. Ha no exercito activo em tempo de paz mais ou menos 138:000 officiaes e praças. Nas *tropas de fortaleza* não ha organizações de cavalaria.

O pé de guerra do esquadrao regula provavelmente por 5 officiaes e 163 soldados.

Tropas tecnicas.—Estas tropas compreendem engenheiros e tropas de sinaleiros. No exercito activo ha 299 companhias destas tropas. Nas *tropas de fortalezas* ha 47 companhias.

No exercito activo as tropas tecnicas são geralmente organizadas em batalhões a 4 companhias cada um.

Além disso, estão organizadas em 17 brigadas de um variado numero de batalhões.

Em tempo de paz o efectivo da organização varia enormemente. Crê-se que é exacta a proporção de 4 officiaes e 120 soldados aproximadamente por companhia. Isso daria um total para as tropas activas e de fortaleza de 37:448 officiaes e soldados.

O pé de guerra varia igualmente. Uma proporção minima é a de 4 officiaes e 200 soldados.

Trem de aprovisionamento.—Em pé de paz ha 5 batalhões a 4 companhias cada um na Europa, e ha duas companhias na Siberia.

O efectivo de tempo de guerra destas organizações não é conhecido. E', provavelmente, muito numeroso, abastecem um comboio completo de aprovisionamento para cada corpo.

Tropas sanitarias.—Os officiaes sanitarios não teem hierarquia militar, mas teem, todavia, hierarquia civil. O efectivo total de cirurgiões em tempo de paz é de 3:500; neste numero estão incluidos cirurgiões de classes de tropas aqui não consideradas. As forças de tropas de saude alistadas em tempo de paz, como em tempo de guerra, não são conhecidas.

Efectivo total em tempo de paz.—Sobe este efectivo a cêrca de 1.284:000 officiaes e praças.

Efectivo total em tempo de guerra.—O numero total de soldados instruidos que podem ser chamados ás armas, sobe a 6.000:000.

A vasta extensão da Russia, a condição de muitos dos seus subditos e a peculiar constituição politica de várias das suas provincias, contribuem para tornar muito problematico o numero de tropas que a Russia pode mobilizar em cada teatro de guerra.

Aigumas autoridades são de opinião que as dificuldades citadas, põem um limite ao numero que ela pode mobilizar em cada teatro de guerra, sendo o numero de 1.000:000 de soldados instruidos. Todavia, devemo-nos lembrar

de que na guerra com o Japão, a Russia mobilizou, e tinha em campanha no fim da guerra, 1.000:000 de homens, e possuía sómente uma linha ferrea, conduzindo ao teatro das operações.

Parece que a Russia poderia mobilizar 2.000:000 de homens bem instruidos dentro das suas fronteiras europeias.

Condições de serviço.—Serviço militar obrigatorio. Cumprido o dito serviço, passam os homens a varias reservas.

O exercito activo da Russia, compõe-se de 37 corpos. Em tempo de guerra, as unidades permanentes com as reservas adicionais, formam novas unidades; cada corpo armado constituirá duas divisões de reservas.

Cada divisão tem uma brigada de artilharia de reserva.

Resumo das forças em tempo de paz :

	Homens	Peças
Infantaria	815:000	—
Cavalaria	138:000	—
Artilharia	186:000	3:904
Outras armas e serviços.....	65:000	—
Total	1.204:009	3:904

Resumo das forças em tempo de guerra :

	Homens	Peças
Infantaria	1.968:321	—
Cavalaria	273:703	—
Artilharia.....	487:673	5:606
Outras armas e serviços.....	262:180	—
Homens tornados aptos para serviço.	2.970:429	—
Total	5.962:306	5:606

Composição do exercito.—1.º exercito; 2.º, 1.ª reserva; 3.º, 2.ª reserva; 4.º, milicia.

O serviço é obrigatorio entre os 21 e 43 anos, unicamente excepção especial: *a)* infantaria e artilharia de campanha, 3 anos activo, 7 na 1.ª reserva, 8 na 2.ª e 5 na milicia; *b)* cavalaria e artilharia montada, 4 anos no activo, 7 na 1.ª reserva, 6 na 2.ª, 5 na milicia; *c)* os cossacos de nascimento começam a servir aos 20 anos de idade; um ano na categoria preparatoria, 4 em cada uma das 1.ª, 2.ª e 3.ª categorias do serviço activo e 5 anos na categoria reservada.

Suissa

A paz—Condições propostas pela Alemanha e seus aliados, segundo noticias da Suissa.—O *Berner Tagblatt*, cujas relações com a legação alemã, permitem supô-lo bem informado, levantou uma parte do veu encobridor, até agora, das intenções de Berlim.

A Alemanha, diz, só pretende garantir a sua ulterior existencia e, para a assegurar, propoz a criação de Estados que se entreponham entre ela e os seus vizinhos de leste e oeste, a saber: Polonia e Belgica.

A Austria, estenderá os seus dominios para sul e leste, com parte da Servia e da Romenia, indemnizando-se assim do abandono de Borkovina e da Galicia, que passarão a fazer parte do novo reino da Polonia.

A Bulgaria rectificaria as suas fronteiras, alargando-as na costa da Romenia, prestando-se, em compensação, a ceder alguma parte do seu territorio à Turquia.

A liberdade dos mares e o que diz respeito ás colonias são questões, aponta o *Berner Tagblatt*, todavia nebulosas. Para o jornal suizo, é evidente que a Alemanha não pode ceder neste assunto, que considera de vida ou de morte, e como unicamente à Inglaterra interessa, crê que, sobre êle, podia chegar o Imperio Central a entender-se com os demais Estados aliados, em cujo caso, uma vez desligados da Gran-Bretanha, seria esta reduzida sem difficuldade.

Diz por ultimo, o mesmo jornal, que a Alemanha ao vêr assegurada a sua existencia, se mostrará mais bem disposta para accitar os projectos de arbitragem obrigatoria, e manifestará a sua complacencia perante os esforços dos neutrais, para assegurar uma paz duradoura.

Observa-se no artigo do *Berner Tagblatt*, que o nome da Italia nem por acaso se menciona uma vez sequer, não se fazendo, portanto, alusão alguma aos convenios que para a obtenção da paz tenha de estabelecer a Austria e a sua vizinha de sudoeste.

Deve deduzir-se deste silencio, que as condições teriam de se tratar directamente entre Viena e Roma.

II

PARTE MARITIMA

Espanha

As manobras da esquadra. — A proposito das manobras realizadas pela esquadra espanhola, de 25 de outubro a 7 de dezembro, escreve o cronista da *Vida Maritima*, no seu numero de 10 de janeiro :

«O tempo foi tão contrário, que só parcialmente se puderam executar os exercicios projectados. Foi em todos êles notavel o entusiasmo do pessoal, mas tambem se reconheceu que a quantidade de carvão e munições disponiveis, para nada chegam. Ha coisas, como o tiro de artilharia, e torpedos, os exercicios tacticos das esquadilhas de torpedeiros e contra-torpedeiros, os de minas, etc., que não podem dar rendimentos positivos sem serem repetidos com muita frequencia, com abundancia de material, e—o que é mais importante—com fixidez de pessoal. Não se pode admitir que os defeitos em questão sejam irremediaveis, pois que derivam principalmente de se não ter fomentado como se devia, as explorações carboniferas e as industrias do aço, relacionadas com a artilharia e torpedos.

«O que transparece em pequena escala no decorrer dumas manobras, é

o aviso do que podia ocorrer no caso de uma guerra. O material foi manejado durante os exercicios com verdadeiro carinho, com todos os requisitos exigidos pela tecnica. Mas, nem o carvão nem os torpedos, eram de Espanha; tão pouco o eram os projecteis.

«As polvoras, comquanto nacionais, provêem de estabelecimentos produtores incapazes de atender ás exigencias duma guerra, pois que mal satisfazem o consumo em tempo de paz. E, quanto a aparelhos auxiliares, não ha sinais de poderem ser de fabrico nacional.

«Não é a marinha a entidade chamada a resolver estas dificuldades, ainda que lhe caiba em grande parte contribuir para que desapareçam. O problema é completamente nacional. Não se aplanam as dificuldades, dando grandes creditos à marinha; necessita-os, sim, para ampliar os seus elementos, mas se não se conseguir a produção, o problema fica de pé. E, convém não esquecer que os aperfeiçoamentos tecnicos em assuntos navais, têm sido tão grandes, que a situação militar da Espanha em relação ás outras nações, pode considerar-se como mantendo-se a mesma ou inferior à existente em 1898».

Estados-Unidos

Os futuros couraçados. — Os 4 couraçados aprovados no ano findo, de 32:500 toneladas, 21',5 e VIII de 16"/45, terão os nomes de *Colorado*, *Washington*, *Maryland* e *West Virginia*; os cruzadores-couraçados que tinham estes nomes, tomarão respectivamente os seguintes *Senttle*, *Pueblo*, *Huntington* e *Friederick*.

Dois dos couraçados foram encomendados à «New-York Shpbdg Cy», e os outros dois à «Newport New Shpbdg Cy», sendo os prazos de 40 meses para áqueles e 30 para estes. O preço limitado é 11 milhões de dollars, além da couraça e armamento, que deverão importar em 7 milhões.

Em todos será adotada a propulsão electrica.

Estes navios são da classe dos dois couraçados em construção, *California* e *Tennense*, diferindo, porém, no armamento que será VIII de 16"/45 em vez de XII de 14"/50.

O ministro da marinha, espera que o Congresso autorise este ano a construção de 3 couraçados de 40:000 ton., 23' e 24' e XII de 16"/5, o maior canhão até hoje construído, pesando 128 toneladas.

A adoção do calibre de 16" tem muitos adversarios; o contra-almirante Strauss, chefe da repartição de artilharia naval, é o primeiro a preferir o calibre de 14" que julga satisfatorio para os combates atuais. O capitão Sims é da mesma opinião, chegando a avançar que entre dois navios iguais e com o mesmo numero de peças, preferia aquele que uzasse as de 14" contra o que tivesse de 16", visto a maior rapidez de tiro dos primeiros, e a sua perfeita eficácia à distancia de 6:000^m, que entende ser a do combate decisivo.

BIBLIOGRAFIA

I—LIVROS

França

- 1 *Comptabilité en campagne et Services de l'habillement et du harnachement en temps de guerre* (corps de troupe de toutes armes). Volume mis à jour à la date du 15 mai 1916. In-8, 174 p. Henri Charles-Lavauzelle, éditeur. 123, boulevard Saint-Germain. Paris Fr. 1,25
- 2 *Armée belge. Cours d'instruction d'artillerie*. Conférences approuvées par la direction de l'artillerie au G. L. G. 1916. In-8, 63 p. avec fig, Henri Charles-Lavauzelle, librairie de la même maison, 124, boulevard Saint-Germain. Paris.
- 3 DURAND (chanoine A.). *Les Prisonniers de guerre d'autrefois*. In-8, p. A. Chastanier, 12, rue Pradier. Nîmes.
(Extrait des «Mémoires de l'Académie de Nîmes». Année 1915).
- 4 DBLATRE (capitaine H.). *Le Blessé de Guerre. Utilité des pièces d'origine de blessures. Traitement médical. Solde et Allocations. Commissions de réforme. Congés. Permissions, Situations de réforme. Tarifs divers. Avantages réservés. Secours immédiats aux militaires blessés et à leurs familles. Médaille militaire. Croix de guerre. Œuvres de convalescents. Admission aux Invalides. Petit Manuel pratique destiné aux sous-officiers, caporaux et soldats*. 2.^e édition. 1916. In-16, 70 p. Impr. Henri Charles-Lavauzelle, libr, de la même maison. 124, boulevard Saint-Germain. Paris Cent. 50
(Guerre de 1914-1916).
- 5 HANOTAUX (G.) de l'Académie française. *Histoire illustrée de la Guerre de 1914*. Fascicules in 4, de 14 p. de texte et d'illustrations. N.º 40, p. 1 à 20 et feuilles de titre tome 3); n.º 41, p. 21 à 40 et tables des matières et des gravures (2^e partie); n.º 42, p. 41 à 64. Le fascicule, net, Fr. 1
- 6 LAVEILLE (capitaine). *Deux conférences sur la mitrailleuse. Centre d'instruction des mitrailleurs de Blois*; par le capitaine directeur-adjoint Lavelle. I: Aperçu général sur les mitrailleuses. Historique. Perfectionnement progressif. Organisation. Mode d'emploi dans la bataille. In 8, 32 p. avec une figure. Impr. centrale, 13, rue Denis-Papin. Blois.
- 7 *Notice pratique sur les télémètres de mitrailleuses Barr et Stroud, Bausch et Lomb Marindin*; par le capitaine X. In 8, 16 p. avec figures. Impr. centrale, 13, rue Denis-Papin. Blois, 1916.
- 8 *Organisation de l'armée. Deuxième partie. Cadres et Effectifs*. Volume mis à jour a la date du 18 avril 1916. In-8, 727 p. Impr. et libr. Henri Charles-Lavauzelle. Paris 12, boulevard Saint-Germain.
- 9 *Règlement de manœuvre de l'artillerie à pied. Bases générales de l'instruction. Instruction à pied*. Approuvé par le ministre de la guerre, le 9 janvier 1912. (Volume commun à toutes les troupes de l'artillerie à pied) (23 juin). In-12, 114 p. avec figures. Impr. nationale Paris.
(Ministère de la guerre).
- 10 *Service de santé. Statistique médicale de l'armée*. Volume mis à jour à la date du 31 mars 1916. In-8, 267 p. Impr. et libr. Henri Charles-Lavauzelle. Paris. 124, boulevard Saint-Germain. 1916 Fr. 2,25
- 11 ROBERT (lieutenant) *A B C du mitrailleur*. Publié sous la direction du capitaine Bonnot; commandant le centre des mitrailleuses de Bour-

- ges. 1916. In-12 oblong., 112 p. avec grav. Impr. J. Langlois, 186, rue du Faubourg Saint-Martin. Paris. (17 juin).
- 12 *Y at-il autre chose que les torpilles automobiles lancées par les sous-marins dans les torpillages de l'Allemagne?* 1916. In-8, 8 p. Impr. Charles Hérissey. Evreux.
- 13 BOUSCHARAIN (P.) sous-lieutenant au 46^e d'infanterie, élève de l'École normale supérieur. *Pourquoi nous faisons la guerre.* Première conférence faite au peloton des élèves sous officiers à Fontainebleau. In-8, 16 p. 1915. Impr. coopérative la Laborieuse (Claude Gignoux, directeur), Nîmes. Vendu au profit des blessés. — *Pour nos soldats.*
- 14 FAUTRAS (G.) Gretha. *Episode de la guerre de 1870.* Avec lettre-préface de M. Frédéric Masson, de l'Académie française. In-16. xv-311 p. 1915. Librairie Hachette et C^{ie} Paris Fr. 3
- 15 MARRE (F.) chroniqueur scientifique du «Correspondant». 1916. In-16, 63 p. avec figures. Impr. et libr. Bloud et Gay, 7, place Saint-Sulpice. Paris.
- 16 MASSIS (H.). *Impressions de guerre.* (1914-1915); Frontispice de Maurice Denis. 5^e édition. 1916. In-16, 105 p., libr. Georges Crès et C^{ie}, 116, boulevard Saint-Germain, Paris Fr. 1,75
- 17 *Guide du cuisinier en campagne.* 1916. In-12, 49 p. et 2 planches. Berger-Levrault. Nancy.
(Armée belge).
- 18 *Inspection de l'armée belge.* Extraits du «Règlement général pour l'artillerie de campagne». In-11, 85 p. 5, rue des Basnages, impr. Albert Lainé. Rouen.
- 19 JOLLIVET (G.). *Trois mois de guerre : mai juin-juillet 1915* Tome 3. (27 juillet 1916). In-16, 388 p illustrées de plans., librairie Hachette et C^{ie} Paris.
- 20 LONGWY (de) au ramp de X... *Souvenirs de guerre et de captivité, 31 juillet 1914, 24 juillet 1915.* par A. X., instituteur. 1916. In-8, 65 p. et illustrations. Imp. Lorraine Rigot et C^{ie}, 51-53, rue Saint-Georges. Nancy Fr. 1,75
- 21 *Programme de l'examen d'admission à l'École des aspirants officiers du service automobile.* (S. M.). In-12, 24 p. libr., Vuibert, 63, boulevard Saint-Germain. Paris Cent. 30
- 22 ZEVAËS (A.). *Histoire populaire de la guerre de 1914.* Livraisons 1 à 71, avec illustrations. 1914. 71 fascicules in-8, de 12 p. chaque. Grands établissements de l'Imprimerie générale. Grenoble. La livraison Cent 10

Inglaterra

- 1 ALEXANDER (Major H. M.) *On Two Fronts : Being the Adventures of an Indian Mule Corps in France and Gallipoli.* Cr. 8vo, pp. 248. Heinemann net 3/6
- 2 BEAUFORT (J. M. de) *Behind the German Veil. A Record of a Journalistic War Pilgrimage.* Cr. 8vo, pp. 384. Hutchinson net 0/
- 3 BEAVERBROOK (Lord) *Canada in Flanders. The Official Story of the Canadian Expeditionary Force.* Vol. 2. Cr. 8vo, pp. 218. Hodder & S. net 1/3
- 4 BELL (Cap. Ralph W.) *Canada in War-Paint.* Cr. 8vo, pp. 208. J. M. Dent net 2/6
- 5 COHEN (Israel) *The Ruhleben Prison Camp : A Record of Nineteen Months' Internment.* 8vo, pp. 264. Methuen net 7/6
- 6 DORLING (Lieut. Comdr. Taprell) *Naval, Military and Civil Ribbons.* Royal 8vo, swd. G. Philip net 1/3
- 7 DOYLE (A. Conan) *The Great Boer War.* Reprint. Cr. 8vo, pp. Nelson net 1/3
- 8 ESSON (Capt. C. C.) *Platoon Drill Illustrated.* 18mo, pp. 32. Philip & Son net 6d

- 9 GRIEBLE (Charles) *Regimental Silhouettes*. With a Preface by Sir H L. Smith-Dorrien. Cr. 8vo, pp. 88. *Laurie* net 1/
- 10 GURNER (Ronald) *War's Echo*. 18mo, pp. 80. *Unwin*. net 1/
- 11 LOTI (Pierre) *War*. Translated from the French by Marjorie Laurie. Cr. 8vo, pp. 228. *Laurie* net 2/6
- 12 MACKENZIE (Donald A.) *Heroes and Heroic Deeds of the Great War*. Cr. 8vo, pp. 192. *Blackie* net 1/
- 13 MARTIN (Arthur Anderson) *A Surgeon in Khaki*. Cr. 8vo, pp. 216. *Arnold* net 2/6
- 14 MOKVELD (L.) *The German Fury in Belgium. Experiences of a Netherland Journalist during Four Months with the German Army in Belgium*. With a Preface by John Buchan. Cr. 8vo, pp. 247. *Hodder & S.* net 3/6
- 15 *Naval War Services of Officers of the R.N., R.N.R., R.N.A.S., R.N.V.R., R. M., with Table of V.C. Awards. and Diary of Naval Events*. 32mo, pp. 140. *Royal Navy List* net 1/6
- 16 POLLARD (Cap. Hugh B. C.) *The Book of the Pistol and Revolver*. 8vo, pp. 238. *McBride, Nast* net 16/6
- 17 POLLARD (Hugh B. C.) *The Story of Ypres*. Cr. 8vo, pp. 63. *McBride, Nast* net 1/
- 18 PEACE — «Made in Germany». *What Tommy Poilu Think About It*. Cr. 8vo, pp. 64. *Hodder & S.* net 6d
- 19 *Standing Orders of an Infantry Battalion* (Published under Para. 1884, King's Regulations). Cr. 8vo, pp. 119. *Hugh Rees* net 3/6
- 20 THOMAS (W. Beach) *With the British on the Somme*. Cr. 8vo, pp. 293. *Methuen* net 6/
- 21 THOMSON (A. A.) *Cheero! The Army of To-day*. Cr. 8vo, pp. 48. *Cassell* net 1/
- 22 TOWNSEND (Eric Lever) *The Happy Hero: A Letter written before Battle to his Parents*. With an Appreciation by James Douglas. Cr. 8vo, pp. 32. *Nisbet & Co* net 1/
- 23 WATSON (Major W. H. L.) *Adventures of a Despatch Rider*. Cr. 8vo, pp. 262. *Blackwood* net 1/
- 24 WHITE (Arnold) *Our Sure Shield, The Navy*. Cr. 8vo, pp. 228. *Macdonald & Evans* net 1/6
- 25 WHITTON (Major F. E.) *The Marne Campaign*. With Maps. 8vo, pp. 326. *Constable* net 10/6

II — PERIODICOS

Portugal

- 1 *Anais do Club Militar Naval*, n.º de fevereiro de 1917. Refrigeração dos paiois nos navios de guerra. Guerra contra os holandeses no Brasil. Os submarinos e a defesa nacional. Os submarinos no direito da guerra marítima. A Escola Naval e a pedagogia. A instrução geral, professional e militar dos oficiais da marinha mercante.
- 2 *Boletim de Administração militar*, n.º 3 de março de 1917. Saudação. Reabastecimento de coiros e calçado do exercito francês durante a guerra. Administração militar na Russia. O jumento ao serviço das tropas. Material do serviço de subsistencias em campanha. Exploração local. Movimento do pessoal da administração militar.
- 3 *Beletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.ºs 10 a 12 de outubro a dezembro de 1916. Oração da sapiencia recitada em 14 de fevereiro de 1916, para a abertura da Escola Colonial, no referido ano. A sublevação dos Dembos. O que é a antropologia. Uma viagem no distrito de Tête. Crónica.
- 4 *O Instituto*, n.º 3 de março de 1917. Documentos sobre várias industrias portuguesas. La transmisibilidad atmosferica para la radiación solar.

Memorias arqueológico-históricas do distrito de Bragança. O Fausto de Goethe. As tendencias atuais da literatura espanhola. Historia da instituição da Santa Ordem da Cavalaria, e das ordens militares em Portugal.

- 5 *Revista de engenharia militar*, n.ºs 7 a 9 de julho a setembro de 1916. Secções divisionarias de pontes. Varanda de béton armado no Instituto de Comercio. Estudo do carregamento das viaturas de uma secção de telegrafia sem fios.
- 6 *Revista de medicina veterinaria*, n.º 180 de fevereiro de 1917. Sobre um caso de condromo heterotopico. Historia da medicina veterinaria em Portugal. Ementario dedicado aos noveis medico-veterinarios.
- 7 *Revista dos sargentos portugueses*, n.ºs 29 e 30 de 15 e 31 de março de 1917. Pensões de sangue. Em defesa da verdade. Carta aberta aos sargentos de infantaria 27. Estatua de cavalos. A mulher portuguesa. A arte, a criança e a sua educação artistica. A instrução militar no quartel de marinheiros. Grandes de Portugal — Fialho d'Almeida, — O caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro e o seu museu. Pequenas coisas. Angustiosa situação. Os proletarios das armas. Reforma das praças da armada. Assuntos coloniais. Lista de antiguidades. Consequencias da imposição de serviço no Ultramar. O morticinio dos armenios e o alemão seu algoz.

Chile

- 1 *Revista de marina*, n.º 357 de janeiro e fevereiro de 1917. El agua. Variación del desvio en el compas, despues de una estadia en puerto y después de un combate. El submarino de hoy y el de mañana. Pruebas de calderas de alta presion. Mecanismo Clay, de seguridad para las ordenes del timon. Plenimetro y su teoria. Breve reseña historica y descripción de los principales aeroplanos, hidroaeroplanos y dirigibles más generalizados hasta el presente. Proyecto de Sociedad Mutua de seguros e retiro de los socios del Club Militar y su possible aplicación a los del Circulo naval. Especialidad de injenería de costa. Notas navales.

Cuba

- 1 *Boletin del ejercito*, n.º 12 de fevereiro de 1917. Implantacion del sistema dectiloscopico de identificacion en el ejercito. Resumen de la Organizacion del ejercito de Cuba. Debères militares e disciplinares. Tres informes del Vice-consul de Cuba en Rio de Janeiro. El envolvimento y el ataque frontal. Distritos militares — Algunas observaciones. Tres capitanes del ejercito tienen que irse. El estampido del cañon. El 42 y sus antepasados. Administracion militar. El municiamiento de la artillería moderna.

Espanha

- 1 *Estudios militares*, n.ºs 2 e 3 de fevereiro e março de 1917. La infanteria en el organismo de los ejercitos. La guerra aerea. La guerra europea: Crónica politico-militar. Un estudio acerca de la psicología del hombre japonés. Apuntes historicos (1914-1916): Sevilla.
- 2 *La guerra y su preparacion*, n.ºs de fevereiro e março de 1917. Rumania en la guerra. El obus francés de 29,3 centímetros. La aeronautica en el frente occidental. Paso del Danubio por el grupo de ejercito Mæckensen. Prendas de uniforme y modelo de zapato usados por el ejército inglés. Opinión de un general ruso sobre la guerra del porvenir. Notas sobre el desarrollo de los grandes calibres en la guerra europea. El abastecimiento de viveres en el ejército italiano. Alimenta-

- ción del ganado en Francia. Racionamiento de las tropas de primera línea en el ejército suizo. Alimentación del ganado y substitutivos de pienzo que se han ampleado en el ejército austro-hungaro. La manobra de Vilna-Meladiechno. Fabricas francesas de artilleria y municiones. Los servicios de Cria Caballar y Remonta en Austria-Hungria. Los nuevos ministerios en Francia y sus relaciones con el de la guerra. Deposito central del ejército en Florencia. Nuevos elementos de guerra del ejército francés. Obús austriaco de montaña, de 10 centímetros, modelo 1916. Lanzamiento de granadas de mano. La guerra de posiciones en el frente occidental.
- 3 *Memorial de artilleria*, n.º de marzo de 1917. Una opinión más sobre el obús ligero y el material pesado de campaña. El problema de los nuevos calibres en campaña.
 - 4 *Memorial de caballeria*, n.º de marzo de 1917. Aereos cavalry. La Intendencia en los Ejercitos modernos. Los ejércitos aereos modernos. Militarismo. De cria caballar. Cronica de la guerra. Escuela central de tiro (4.ª sección). Africa — Itinerarios estratégicos y comerciales en la zona del protectorado. Carreras de caballos en Aranjuez, Madrid y Sevilla, en la proxima primavera.
 - 5 *Revista tecnica de infanteria y caballeria*, n.ºs 1 e 15 de fevereiro de 1917. La batalla a través de los siglos. Paralelo entre Enrique IV y Alejandro Farnesio. De la guerra mundial — Impresiones hespanófilas. Obras geográfico-estratégicas. El fantasma del Montañó — Leyenda histórica de la ultima guerra civil. El marqués de la Romana.

Estados- Unidos

- 1 *The International Militar Digest*, n.º 3, do vol. 3.º. (março de 1917).

Italia

- 1 *Rivista di cavelleria*, n.º de 15 fevereiro e março de 1917. Forza numerica degli ufficiali dell' Arma di cavalleria. Da un mese all' altro. L'attesa. Cronaca degli avvenimenti di guerra dell' agosto 1915. Nel 1916 la guerra insegna. Del modo razionale d'impartire l'istruzione regolamentare d'equitazione al soldato di cavalleria. Coi Cesacchi attraverso la Manciuuria. Il 1.º Squadrone di Cavalleggeri Lucca.

Mexico

- 1 *Revista del ejército y marina*, n.º 1 de janeiro de 1917. Nuestro pasar adios. Deberes militares. Funebre homenaje. Tiro de la infanteria. Equipo militar. Academia de jurisprudencia militar. La America latina ante una suprema necesidad historica, debe organizarse militarmente? Guerrillas y guerrileros. El servicio militar obligatorio. La tumba del gran ejército. La fuerza. La Justicia, fundamento de la disciplina. Escuelas. Moral militar. Maximas de Napoleón. Acuerdos y disposiciones.
- 2 *Tohtli*, n.º 2 de fevereiro de 1917. La aviación en las republicas sud-americanas. El aeroplano en Mexico — La aviación militar. El aeroplano en el extranjero — Notas. El aeroplano en el frente aleman. El El aeroplano en el frente frances — La aviación francesa. Tecnica — El estabilizador «Martin». Orville Wright inventa un estabilizador para aeroplanos. La aviación en la guerra. El alto mando en Alemania. Literatura mexicana. Heroismo belga.